



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. _____

ATA N.º 07/2021

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se no Cine Teatro da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, João Nunes Vieira, Carolina Maria Pires da Silva, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Anabela Delgado Zarro Balau, Ricardo Jorge Batista dos Santos - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Rui Pedro Marques Venâncio, Edmundo José Couto Barbosa, Susana Dinis Gonçalo - eleitos pelo Partido Social Democrata; Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho, Helena Isabel Copa da Silva - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Cheila Dolores de Mendonça de Aguiar – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, Telma de Jesus Laborinho Ferreira, do Bloco de Esquerda; Anibal Mota Freire Carla Nascimento Marques Abegão, do Partido Socialista; Vasco Frederico Pires de Sousa da Coligação Democrática Unitária. -----

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Manuel Sequeira, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Delgado.

A Senhora Vereadora Regina Matos não participou nos trabalhos por motivo de doença. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 03 DE SETEMBRO DE 2021 – (apreciação e votação)

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão.-----

Aprovada, por unanimidade. -----

2. ATA DA SESSÃO DE 09 DE OUTUBRO DE 2021 – (apreciação e votação)

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão.-----

Aprovada, por unanimidade. -----

3. ATA DA SESSÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2021 – (apreciação e votação)

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão.-----

Aprovada, por unanimidade. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

*Solicitou a palavra a Senhora **Cheila de Aguiar**, que efetuou a seguinte intervenção:*-----

“ O Bloco não desiste dos seus compromissos! -----

Passadas as eleições Autárquicas encontramos-nos hoje perto de outro processo eleitoral, as eleições legislativas. No concelho da Nazaré há uma flor de mudança e transformação a desabrochar. -----

A Esquerda cresceu neste concelho, a Esquerda! O Partido Socialista de Walter Chicharro, embora tenha sido o partido mais votado, perdeu uma parte significativa dos seus votos, e portanto houve perda de confiança. -----

O Bloco de Esquerda teve o seu melhor resultado a nível percentual no concelho desde a sua formação em 2005 e o seu melhor resultado em número de votos desde 2009. -----

Todo este cenário deixado pelos resultados eleitorais autárquicos em conjunto com a gigantesca abstenção diz-nos que a população procura outras respostas, procura um executivo que tenha



uma ação concreta de apoio e de auscultação dos problemas no terreno, que aproxime a população da ação governativa. -----

Somos uma alternativa de confiança e a população está, cada vez mais, consciente de que as nossas causas são as suas causas. -----

As lutas coletivas por todas as pessoas, por um concelho que responda à crise económica e social agudizada pela pandemia, com apoios diretos e efetivos que cheguem realmente às famílias mais carenciadas, mais vulneráveis e que não fiquem apenas no papel. -----

Por um concelho que prepare o seu território para o combate às alterações climáticas, porque se continuarmos sem ações no imediato, não vão ser as ondas gigantes a salvar as nossas vidas, muito pelo contrário. -----

Por uma ação forte na Habitação digna e acessível a toda a população. -----

Pelo respeito da diversidade humana. -----

O Bloco de Esquerda foi e é o único partido que tem apresentado moções na Assembleia Municipal de trabalho contra a exclusão e pela promoção dos direitos de todas e de todos de igual forma. -----

Por uma autarquia Antirracista, promotora da igualdade de género, atenta ao cenário da violência doméstica, que aumentou durante o período de confinamento, promotora dos direitos LGBTQIA+, porque é no reconhecimento da diversidade que nos tornamos melhores. -----

Por uma autarquia que olhe para as cuidadoras e cuidadores informais do seu concelho, que abdicam da sua vida para ajudar quem está ao seu lado e não têm uma remuneração capaz de uma vida digna. -----

Lutamos por uma autarquia que respeite o trabalho e a sindicalização dos seus trabalhadores e trabalhadoras e que não use uma empresa Municipal para promover a informalidade dos vínculos e o trabalho sem direitos. -----

Que apoie os trabalhadores da cultura e as suas organizações, que foram os que mais sofreram com a crise pandémica devido à precariedade dos seus vínculos laborais. -----

É isto o Bloco! -----

Razões Fortes., Compromissos Claros! -----

Está na hora de decidirmos mais uma vez, se estamos no lado da Saúde, do Salário, do Clima, da População ou se queremos deixar tudo como está, nas mãos dos mesmos de sempre. -----

Está na hora de darmos mais força ao Bloco de Esquerda!”-----

*Seguidamente tomou a palavra a Senhora **Tânia Gandaio**, que efetuou a seguinte intervenção:--*

“Começamos esta Assembleia por ser a primeira vez que estamos a intervir neste período antes da Ordem do Dia, deixar o nosso agradecimento a todos os que por aqui passaram por esta Assembleia Municipal e por algum motivo deixaram de estar, o PSD agradecer a todos, militantes e independentes, que tanto deram de si e do seu precioso tempo e saber ao PSD e à nossa comunidade. -----

Queremos mais uma vez reforçar que estamos conscientes e sabemos a responsabilidade das 1779 pessoas do nosso concelho que votaram nesta equipa e demonstrar-lhes que estamos aqui para lhes dar voz. -----

Nesse sentido e em primeiro lugar, gostaríamos de questionar o Presidente da Mesa da Assembleia sobre as questões apresentadas pelo nosso grupo, na Assembleia passada atendendo que ficou de responder ao Deputado António Absalão - sobre o local onde estão a ser realizadas as Assembleias Municipais e que violam, o estabelecido no Regimento desta Assembleia em vigor, situação que não aconteceu até à data. -----

Atendendo, que e também questionei o Presidente da Mesa relativamente ao facto de estar Bloqueada de realizar comentários na Página Oficial do Município no Facebook, sem ter tido até à data uma resposta, venho aqui publicamente questionar o executivo de quais os critérios aplicados para o bloqueio, e se calhar era seria interessante para esta Assembleia saber quantas



peçoas estão inibidas de se pronunciar na Pagina Oficial do Município e saber os critérios para fazê-lo atendendo que sou uma munícipe, que pago impostos que mantém essa pagina. Já por várias vezes questioneei o Município pelo que venho mais uma vez solicitar que este facto seja resolvido de imediato, uma vez que sou uma munícipe livre e com responsabilidade pelo o que digo. -----

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN), vem ainda e com vista ao controle e fiscalização da acção do executivo municipal, que nos é imposta por Lei, requerer à Mesa da AMN, ao abrigo da mesma Lei, que promova junto do executivo municipal e dos serviços competentes da autarquia, o pedido de envio, com carácter de urgência, dos seguintes documentos: -----

1. Gostaríamos de ter a relação completa de quais os custos que o Município já teve em custas judiciais, honorários e indemnizações desde a sua tomada de posse em 2013, com processos judiciais. -----

2. Pedimos também o envio de uma relação detalhada, onde conste todas as viagens efetuadas pelo executivo quer em território nacional e no estrangeiro, nomeadamente em representação da autarquia e dos elementos pertencentes ao órgão executivo e, ou, de outros elementos que os possam ter acompanhado nessas representações a expensas da autarquia, nomeadamente as que foram feitas já neste mandato. -----

3. Gostaríamos de saber, também, quais os dividendos retirados pela recentemente da viagem realizada a Pontevedra (Espanha), saber quantas pessoas foram na comitiva, e como já dissemos em cima saber detalhadamente quais os gastos que resultaram para o município. -----

4. Pretendíamos ainda saber se em relação às verbas que se seriam gastas nos festejos da passagem, de 92.000 € salvo erro, saber se vão ser utilizadas para reforçar o Fundo de Emergência, para ajudar aos comerciantes, ou pensam utilizar para o abater a divida? -----

5. Pretendemos esclarecimentos relativos ao estado do processo do Prédio onde existia o Antigo Restaurante Tamanco e do prédio da Rua Arte Xávega (que está desalinhado) . -----

6. Em relação ao Mercado Municipal, soubemos que existiu á pouco tempo uma reunião com os lojistas, sendo que nos preocupa o facto do estado de degradação do mesmo, e nomeadamente do estado da cobertura, ao que se sabe contem amianto, uma vez que existe dinheiro os investimentos que têm aparecido nesta Assembleia não considera que este espaço, sendo o local de trabalho e a subsistência de tantas famílias não deveria ser uma prioridade? E quais as medidas que prevê para lá? -----

Gostaríamos de congratular a iniciativa do município, no passado 25 de Novembro, relativamente à temática da Igualdade de género, sendo que, consideramos ser temática de elevada importância, pelo que nesse sentido gostaríamos de ter conhecimento de quais os passos que o Município tem feito nesse sentido, e que nos fosse enviado o relatório que deverá ser feito anualmente sobre essa temática. -----

Obrigado, ”-----

MOÇÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – “O ESTADO DA SAÚDE NO CONCELHO DA NAZARÉ”

A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a moção que se transcreve:-----

“O concelho da Nazaré e as suas (três) 3 freguesias, atravessam há algum tempo uma grave lacuna na assistência na doença aos seus habitantes. Os médicos existentes a prestarem serviço, são manifestamente insuficientes para responder às necessidades da população. O facto de alguns médicos terem sido aposentados, sem que os respetivos postos de trabalho fossem preenchidos, criaram uma situação insustentável, pelo que vimos mostrar a nossa preocupação para a falta de cuidados de Saúde aos munícipes do nosso Concelho. -----

A falta de recursos foi acentuada pela necessidade de, também alguns recursos terem sido desviados para outras atividades como a identificação de contactos, o estabelecimento de



medidas de isolamento, entre outros. Esta falta de recursos condicionou a dificuldade ou ausência de acessibilidade aos cuidados de saúde por grande parte da população e temos vindo a verificar o diagnóstico de doenças oncológicas e crónicas em estádios muito avançados e em muitos casos já muito pouco ou nada se pode fazer. -----

O atual contexto pandémico evidenciou, relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, dificuldades estruturais, a sub-orçamentação crónica e a escassez de meios ao nível das infraestruturas e dos recursos humanos. -----

Consideramos que a Saúde deve ser uma prioridade máxima no nosso concelho, atendendo que estamos num período de calamidade nacional e a atravessar pelo segundo ano uma Pandemia a nível Mundial. -----

É do conhecimento deste executivo de que existem no nosso concelho cerca de 4 mil utentes sem Médico de Família, situação que no nosso entender é insustentável e que põe em causa direitos constitucionalmente previstos e que já há largos meses têm vindo a ser descurados. -----

Esta realidade ainda é mais evidente nas Freguesias de Valado dos Frades e Famalicão que estão completamente ao abandono, apenas com um Médico de Família e com um ficheiro enorme de utentes, e condicionados á falta de cuidados de saúde caso estes médicos faltem ou adoecem. ----

Realçamos ainda, que os crescentes problemas do Hospital de Santo André, em Leiria condicionam outros Hospitais como o de Alcobaça, deixando a nossa população desprotegida e sem acesso à Saúde. -----

Entendemos ser vergonhoso, o facto de que desde a abertura deste novo centro de saúde, não existir a preocupação por parte da Tutela, de realizar um atendimento condigno, criando para tal, uma central telefónica capaz de atender e prestar um serviço eficaz a esta população. Proporcionar um atendimento condigno. Há muito se discute este problema e até ao momento ainda não conseguiram resolver o problema. Inicialmente eram os telefones que não tocavam,

agora o que é? Falta de vontade? -----

Consideramos que o Ministério da Saúde e o executivo deveriam ser capaz de desenvolver uma política avançada para os profissionais de saúde (que seja capaz de os motivar e manter), criando mecanismos que permitam a interoperabilidade entre os diferentes níveis de cuidados (hospitalares, primários, continuados e domiciliários) e o incremento da participação dos cidadãos nas decisões que influenciam a organização e o funcionamento dos serviços. -----

Numa altura que, o número de infetados e mortos volta a subir, em que estamos nas vésperas de vacinar as crianças do nosso concelho o executivo municipal, enquanto interlocutor, deverá fazer todos os esforços para a criação de um espaço (no exterior ou interior) do centro de saúde, com condições adequadas à receção dos utentes em espera, quer ~~a~~ para a vacinação, ou outro serviço, sendo que o atual não reúne condições para as pessoas estarem salvaguardados das condições meteorológicas adversas seja de frio ou de calor. -----

Consideramos, ainda, que face à sobrelotação dos centros de testagens, farmácias e laboratórios, os quais neste momento não estão a dar vazão aos inúmeros pedidos (grande parte de crianças que por não terem os testes epidemiológicos feitos nos timings adequados, estão a ficar retidos em casa, e impedidos de frequentar a escola, assim como as suas famílias condicionadas de trabalhar e circular livremente, ou pelo contrário, a propagar o vírus por falta de resultados) consideramos prioritário a criação de um espaço de testagem de reforço, e quicá de vacinação a expensas do Município e que nesta época de festividades sirva como reforço à testagem. -----

Este apoio poderá além de ser fundamental aos nossos munícipes e quem cá trabalha, e poderia servir também, para quem nos visita, e que queira ser testado, possa frequentar os nossos restaurantes e afins, contribuindo para controlo desta pandemia que nos assola a todos e tantos prejuízos tem causado, melhorando a nossa economia e o controlo da própria pandemia. -----



Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 10 de Dezembro vem requer e propõe à direção do ACES Oeste Norte: -----

Proceda à contratação de mais médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e técnicos de diagnóstico e terapêutica, ao encontro das necessidades das unidades de cuidados de saúde primários e hospitalares da Nazaré; -----

Que sejam verificados e resolvidos os problemas relativos ao atendimento telefónico aos utentes.

a) Que crie recursos para a implementação de uma sala no interior ou exterior (poderia ser uma tenda no exterior), para a receção da população, com espaço para a triagem, testagem e até vacinação da população nesta época mais critica. Ou conceda a possibilidade da utilização de um outro espaço público (ex. pavilhão/ sala ampla) para o mesmo fim. -----

b) Que as falhas na realização dos testes epidemiológicos sejam rápida e eficazmente colmatadas, já que as crianças precisam de ter estabilidade, conforto e bem estar neste momento que se espera de afluência massiva, assim como os restantes utentes do SNS na prestação dos cuidados de saúde. -----

c) Que sejam prestados à Assembleia Municipal da Nazaré, todos esclarecimentos e informações que o Governo e a direção executiva do ACES OESTE NORTE entendam necessários e, principalmente, que informem esta AMN das diligências efetuadas para resolver os problemas, entretanto elencados. -----

Se aprovada, esta moção , deve ser enviada à Direção Executiva do ACES Oeste Norte, à Sra. Ministra da Tutela, ao Sr. Secretário de Estado da Saúde para resolução, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social nacional e local, para conhecimento. ”-----

Aprovada, por maioria, com doze votos a favor dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrata Unitária e Bloco de Esquerda e doze abstenções do Partido Socialista.-----

O Senhor José Sales informou que o Partido Socialista se absteve devido a existirem algumas incongruências no documento.-----

De seguida, solicitou a palavra a Senhora Sara Loureiro Vidal, que efetuou a seguinte intervenção:-----

“ Uma análise cuidada - política, socioeconómica, cultural, ambiental - sobre a realidade local, será sempre impossível de fazer sem a fazer depender da realidade que no plano nacional se faz sentir actualmente, com uma Assembleia da República dissolvida, meio que à “força”, pela mão do Presidente da República, estimulado por um governo do partido socialista que se recusou a ir até onde podia, e devia, em termos das respostas a dar às populações, tendo em conta o momento histórico que vivemos de grandes dificuldades. -----

Com uma inflação crescente, que decorre principalmente da escalada dos preços da energia, era muito importante aumentar salários na sua generalidade, ir mais fundo na valorização do salário mínimo nacional, reforçar os serviços públicos e as funções sociais do estado, muito particularmente o reforço do SNS, valorizar as carreiras profissionais e reforçar os direitos de quem trabalha – só assim a maioria dos portugueses enfrentariam o futuro com outras garantias e com mais qualidade de vida. No entanto, o PS não quis, o Presidente da República aplaudiu e a direita esfregou as mãos de contente. António Costa preferiu pedir desculpas ao grande patronato do que proteger a vida de quem trabalha! -----

Todas estas questões, num país ainda sem orçamento para 2022, reflectem-se naturalmente no plano local. Mais incerteza, mais precariedade, mais concentração da riqueza, mais desprotecção social. Faltam médicos em Valado dos Frades e outros meios no seu centro de saúde, tal como escasseiam meios no novíssimo centro de saúde da Nazaré, falta habitação acessível para uma grande parte da população, faltam meios para dar respostas sociais que decorrem dos constrangimentos da crise de saúde pública que, embora agora menos grave e letal, ainda está longe de deixar de nos preocupar e de impactar negativamente no nosso tecido socioeconómico e cultural local. -----



O cancelamento da organização das iniciativas de animação e dinamização de períodos muito importantes no calendário local, como o Natal e Ano Novo, bem como do Carnaval, opções da estrita responsabilidade do executivo do PS na CMN, que, para tal, não ouviu ninguém, mas que terá de ter meios de compensação para apoiar o pequeno comércio local que se ressentirá destas decisões tomadas fora de qualquer plataforma de discussão, reflexão e consenso social. -----

Estamos ainda no início de mais um mandato autárquico, apelamos, por isso, à alteração deste tipo de governação do quero, posso e mando, que pautou (e continua), com resultados desastrosos para a nossa democracia local, os últimos oito anos com o PS à frente dos destinos do município da Nazaré. É urgente mais diálogo, mais interação, mais reflexão conjunta, mais participação, mais cidadania, mais democracia no plano local. -----

Não é possível que continuemos a ter as forças da oposição, democraticamente eleitas, bem como parceiros da sociedade civil de sectores afectados por medidas de fundo dos executivos municipais, a serem informados pela comunicação social, como se não tivéssemos contas a prestar e a esclarecer quem nos elegeu, das decisões que afectam grandemente a vida do município e dos munícipes! -----

A CDU estará sempre disponível para colaborar, para construir, para convergir, para solidificar as práticas democráticas. Não por acaso, onde temos funções de governação, designadamente em Valado dos Frades, as práticas distintivas de proximidade, humildade governativa, diálogo e interação constante com os fregueses e com as organizações do movimento associativo pela constante defesa dos seus interesses, é já reconhecida por todos, facto que muito nos orgulha. ----

Não por acaso, com o reforço da CDU nos vários órgãos autárquicos, é cada vez mais visível a capacidade propositiva e de fiscalização desta força política, é cada vez mais evidente que as populações estão mais informadas e elucidadas das práticas dos executivos e da realidade do poder local democrático. -----

Continuaremos o nosso esforço e o nosso trabalho, de proposta, de fiscalização e de denúncia, só assim teremos a certeza de que os votos depositados na CDU, no concelho da Nazaré, não foram votos em vão.”-----

VOTO DE LOUVOR À PROFESSORA DOUTORA DÓRIS SANTOS, APRESENTADO PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O Senhor Samuel Fialho apresentou o voto de louvor, que se transcreve:-----

“A Assembleia Municipal da Nazaré tem sabido desde sempre, e com maior veemência nos últimos tempos, reconhecer o trabalho, o esforço e a dedicação de alguns membros da comunidade local, de naturalidade ou de acolhimento, que se têm destacado nas mais diversas áreas e que têm elevado e valorizado o nome do concelho da Nazaré. -----

Desta feita, cabe-nos propor, que esta assembleia reconheça, através deste voto de louvor, proposto pela CDU, a dedicação de alguém que, não nascendo cá, muito se tem batido pela valorização do nosso património, da nossa identidade, da nossa cultura; -----

Alguém cuja entrega ao processo de aprofundamento do conhecimento que temos sobre de nós mesmos enquanto povo, enquanto comunidade marítima, enquanto produtores de identidades e imagéticas que nos definem e caracterizam de forma absolutamente ímpar, tem sido inexcedível;

Alguém cuja competência no desenvolvimento do seu trabalho se funde com uma profunda generosidade e humildade, características daqueles que sabem o muito que têm para dar e que isso lhes basta para continuar a demanda; -----

Alguém cujo desenvolvimento do seu projecto principal, a reestruturação do Museu Dr. Joaquim Manso e a edificação de uma visão comunitária da museologia, nunca a encerrando em quatro paredes nem a elitizando, soube também embrenhar-se, participar e colaborar com as mais diversas instituições locais com a vontade e disponibilidade que lhe são reconhecidas; -----

Durante 12 anos como responsável do referido museu, muito se fez e muito mais ficou por fazer. Deparou-se com constantes obstáculos e problemas, sofrendo da dor de assistir à degradação



*gradual do seu espaço de trabalho e do espólio que alberga, por via da insensatez, irresponsabilidade e falta de visão dos que promovem um desinvestimento gritante na Cultura.-- Nunca desistiu e continuou a ir mais fundo na produção de conhecimento sobre a nossa terra e sobre aquilo que somos hoje. Recentemente viu esse esforço premiado com o prestigiado galardão – Octávio Lixa Felgueiras – com o trabalho desenvolvido ao abrigo da sua tese de doutoramento intitulada – “Arte, museus e memórias marítimas. Identidade e representação visual da Nazaré”. Resultado da sua enorme qualificação e competência, assume daqui a pouco tempo novos desafios com a responsabilidade de gerir os destinos do Museu Nacional do Traje. ----- Como forma de agradecimento por tudo o que deu ao concelho da Nazaré e por todo o trabalho desenvolvido, a CDU propõe que seja aprovado neste órgão, o mais representativo da democracia local, o voto de louvor agora apresentado à Professora Doutora Dóris Santos. ----- Se aprovado, o mesmo deverá ser comunicado à pessoa em causa, marcando-se posteriormente o acto simbólico de entrega deste voto de louvor.”----- A Senhora Tânia Gandaio informou que o Partido Social Democrata reconhece o trabalho da Doutora Dóris, pelo que iria votar favoravelmente.----- Aprovado, por unanimidade. ----- De imediato usou da palavra o Senhor **Pedro Marques**, para fazer a seguinte intervenção:----- “ Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentar na sua pessoa todos os presentes, bem como os que nos vêm via transmissão online e em direto. ----- Desejar a todos os deputados municipais e executivo camarário um excelente mandato, e um agradecimento muito especial a todos os técnicos que aqui nos acompanham, sessão após sessão para que consigamos dignificar o trabalho desenvolvido em prol da democracia. ----- Em 2020 enfrentámos o desconhecido, uma enorme pandemia que marcou um dos períodos mais negros da nossa*

história. Vivemos momentos difíceis, não só do ponto de vista da saúde pública, mas também do ponto de vista económico, social e cultural. -----

Acreditámos que em 2021 tudo poderia ser diferente, e efetivamente foi. Iniciámos o maior processo de vacinação em massa do país e do mundo, e Portugal e os portugueses demonstraram uma vez mais o seu sentido de responsabilidade. Fomos durante algum tempo o país com a maior percentagem de vacinação do Mundo, fomos aquilo que nos habituámos a ser enquanto povo resiliente, lutador e corajoso, um exemplo a seguir. -----

Ainda que com as dificuldades impostas pela pandemia, tivemos a capacidade de saber garantir a estabilidade na saúde, na educação e na economia. E se o fizemos a nível nacional, também tivemos a capacidade de o implementar no nosso concelho. -----

Prova disso foi a vitória expressiva que obtivemos em resultado do escrutínio público a que nos submetemos no passado dia 26 de setembro. Obtivemos da população do concelho da Nazaré a confiança para dar continuidade ao projeto do Partido Socialista ao leme dos destinos do concelho. -----

Bem sabíamos que os números alcançados em 2017 seriam difíceis de replicar, o facto de este ter sido o maior resultado de sempre do Partido Socialista na Nazaré, o crescimento assombroso do maior partido da oposição, a abstenção, e o natural desgaste político que um terceiro mandato evidencia junto da população.

No entanto soubemos escutar a população, renovando equipas, dando espaço aos jovens e às suas ideias para a continuidade de um projeto autárquico que verá seguramente renovada a confiança das gentes do concelho naquele que é o Partido que promete e cumpre. -----

Enquanto jovem autarca, não posso deixar de agradecer ao Partido Socialista por ter sido uma vez mais o único partido no concelho a eleger jovens neste órgão municipal. E não 1, nem 2 mas sim 3 elementos que compõem a bancada do PS. -----

A confiança na juventude permitiu-nos eleger um total de 5 elementos desde a Assembleia Municipal às Assembleias de Freguesia, incluindo o executivo de uma das suas juntas. -----

É com esta capacidade de renovação e de concretização que pretendemos continuar a trabalhar em prol da população do concelho da Nazaré. -----



Apresentámo-nos a eleições com projetos estruturantes que se encontram em desenvolvimento. Somente como exemplo: contaremos muito em breve com um terminal rodoviário digno para todos os que nos visitam com uma cada vez menor sazonalidade. Avançam os procedimentos para a concretização do ascensor da Pederneira, a promessa de uma obra que temos como certa de que será inaugurada pelo Partido Socialista. Entre tantos outros projetos não só na sede do concelho, bem como nas suas freguesias e lugares. -----

Sentimo-nos confiantes no futuro e com energias renovadas para romper com o desgoverno de outrora, caminhando no sentido da reestruturação da dívida, da sua conseqüente redução de impostos e da capacidade de continuar, ainda que com as evidentes dificuldades financeiras, a fazer obra estruturante para a vida das pessoas que aqui residem e que aqui nos visitam. -----

É esse o nosso objetivo, e juntos vamos cumprir!" -----

*Após estas intervenções, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que informou nunca ter efetuado ou transmitido quaisquer orientações para fazer bloqueios no 'Facebook' e que segundo informação da jornalista poderá ser alguma funcionalidade do programa; sobre a viagem a Pontevedra disse que estiveram presentes 22 elementos, membros do executivo e técnicos da autarquia, que observaram localmente a mobilidade urbana sustentável existente naquela cidade, conhecida e reconhecida por todos como um grande trabalho a seguir, não tendo de cor os custos ocorridos; quanto ao processo do Tamanco, encontra-se parado por força reação entre o promotor e Agência Portuguesa do Ambiente, não tendo a Câmara nada a haver nesta situação; relativamente ao prédio da Rua Arte Xàvega, aguarda-se a entrada nos serviços de um projeto de alteração de modo a ultrapassar-se a questão; tem-se apostado na aquisição de terrenos, como o caso da Feira Semanal, para resolução de problemas com estacionamento automóvel e o da Oficina, que á é insuficiente para o atual parque automóvel e de máquinas da Câmara e quanto ao Mercado, está a ser pensado um projeto, que mais tarde virá a conhecimento da Assembleia.-----*

Seguidamente o **Senhor Presidente** leu a recomendação ao Executivo, apresentada pela **Coligação Democrática Unitária**, coo se transcreve:-----

“Tendo em conta a situação pandémica que continua a assolar o mundo, com novas variantes do vírus a obrigar a que as medidas para contenção da doença tenham sido renovadas pelo Governo ao declarar o país em situação de calamidade no âmbito da pandemia da doença COVID-19, desde 1 de Dezembro até 20 de Março de 2022: -----

Considerando que com esta situação de calamidade novos impedimentos de algumas actividades comerciais nuns casos e de maiores exigências para acesso e permanência de clientes nos estabelecimentos noutros, reconhece-se que o tecido empresarial local no geral, mas principalmente o que depende o turismo, da restauração e pastelarias, dos bares e cervejarias, do alojamento local, etc. sofrem novos e importantes constrangimentos às suas actividades; -----

Considerando ainda que é responsabilidade das autarquias promoverem apoios sociais às famílias e empresas locais em dificuldades; -----

Considerando-se também que as medidas excepcionais que possam vir a ser aprovadas e praticadas, dentro deste tempo de Pandemia da COVID19, podem vir a ser apoiadas pelo Estado central com um reforço financeiro às autarquias, mediante comprovativos de pagamentos de bens e serviços colocados à disposição das populações desde que fundamentadas, como já aconteceu.

Considerando, por fim, que a autarquia já tem algumas “medidas de intervenção COVID19” a decorrer, com prazo até ao final deste ano. -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré recomenda que seja enviada ao executivo a seguinte recomendação: -----

Manter, até ao final da actual situação de calamidade, e desde o dia 01 de Janeiro de 2022, o prolongamento dos apoios actualmente em execução, nos termos em que foram aprovados na reunião de CMN de 12 de Novembro de 2021, recomendando-se a alteração apenas da percentagem de desconto no mercado municipal, como segue; -----



Mercado Municipal, Feira e Venda Ambulante -----

Manutenção das medidas de prevenção e mitigação; -----

Relativamente às lojas do mercado, bancas e venda ambulante aplica-se uma redução de 80% da renda e de ocupação de bancas até 20/03/2022. -----

Ocupação da Via Publica -----

Isenção do pagamento das taxas municipais referentes à ocupação de via pública, esplanadas e publicidade até 20/03/2022.-----

Recomendando-se analisar e debater a possibilidade de acrescentar ainda; -----

Parques de Estacionamento e lugares de parque pago -----

Isenção de pagamento nos espaços públicos de estacionamento pago, ao ar livre, até 20/03/2022.

Venda de Bens e Serviços Essenciais à população -----

Redução de 40% no valor da factura da Água, Saneamento e RSU até 20/03/2022. -----

Redução de 30% nos transportes públicos urbanos de passageiros até 20/03/2022. -----

É esta a recomendação que enviamos ao executivo municipal para análise, debate e concretização, num tempo de continuação de enormes dificuldades para a população, assumidas claramente pelo executivo no preambulo da sua proposta levada à reunião acima mencionada. ---

Podem contar com a CDU para fazer aprovar as alterações aos apoios aqui indicados, caso entendam atender esta nossa recomendação. -----

Lembramos o que referiram, transcrevendo a parte final do preambulo desse vosso documento.

Disseram então: -----

“É tempo de intensificar este esforço, definindo um quadro de intervenções que garantam uma progressiva estabilização nos planos económico e social nomeadamente através da minoração dos impactos financeiros junto dos nossos munícipes, pois é expectável que a situação

socioeconómica das famílias demore a estabilizar-se bem como das empresas que escolheram o nosso município para desenvolverem as suas actividades.” -----

Continuando a sua intervenção o **Senhor Presidente** apresentou a segunda recomendação da **Coligação Democrática Unitária**, que se transcreve, destinada a ser enviada ao Executivo:-----

“ Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses - RTCP

Por diversas ocasiões, nos últimos mandatos, o Grupo Municipal da CDU tem denunciado neste órgão a falta de investimento na dinamização cultural no nosso concelho, tanto a nível de incentivo à criação, como na oferta de uma programação regular, que permita à população a fruição cultural, especialmente o público infanto-juvenil e escolar. Mais do que uma mera denúncia de oposição, tem sido e continua a ser, sobretudo, uma convicta reivindicação de que a Cultura é fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, a par do Desporto e da Educação. -----

Com a Lei n.º 81/2019, de 2 de Setembro, o Ministério da Cultura implementou a criação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, como «instrumento estratégico fundamental para o combate às assimetrias regionais e para o fomento de coesão territorial no acesso à cultura e às artes em Portugal, assente na descentralização e na responsabilidade partilhada do Estado central com as autarquias e as entidades independentes.» -----

De 18 de Junho a 16 de Julho deste ano, a Direcção-Geral das Artes deu início ao processo de credenciação de teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais que queiram aderir a esta rede, que «pretende contribuir para incrementar a procura e oferta culturais, reforçar a circulação de obras artísticas, aumentar as co-produções entre entidades, fomentar a articulação programática entre equipamentos integrados na Rede, envolver agentes culturais e artísticos locais, desenvolver estratégias de mediação, e incentivar boas práticas na transição digital, sustentabilidade ambiental, inclusão e acessibilidade física, social e intelectual». -----



Concluída a fase de credenciação, que resultou num total de 80 entidades credenciadas a nível nacional, públicas e privadas, a DGArtes abriu, no dia 8 de Outubro de 2021, o concurso de apoio à programação destes equipamentos que integraram a Rede, com um investimento total de 24 milhões de euros. Paralelamente a este apoio monetário, há também um conjunto de acções de valorização e qualificação dos recursos humanos. -----

Assim: -----

Considerando que um dos principais argumentos do executivo municipal para justificar a ausência de uma programação cultural regular no Cineteatro é a falta de orçamento; -----

Considerando que foi feito há poucos anos o investimento de remodelação na infra-estrutura do Cineteatro, que não está a ser devidamente rentabilizado; -----

Considerando que a integração do Cineteatro da Nazaré na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses não só valorizará o equipamento em si e a sua equipa, como colocará a Nazaré no mapa cultural nacional a par de outras importantes e reconhecidas estruturas do país; -----

que a fruição e a criação cultural estão contempladas na Constituição Portuguesa como um direito fundamental; -----

PARTE I - Direitos e deveres fundamentais -----

TÍTULO III - Direitos e deveres económicos, sociais e culturais -----

CAPÍTULO III - Direitos e deveres culturais -----

Artigo 78.º - (Fruição e criação cultural) -----

1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. -----

2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: -----

a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio; -----

- b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade; -----
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; -----
- d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro; e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais. -----

Considerando, por fim, que a dinamização cultural traz benefícios para a economia local, ao promover a circulação de pessoas e bens; -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré recomenda que seja enviada ao executivo a seguinte recomendação: -----

Analisar os critérios de credenciação publicados na Portaria n.º 106/2021, de 25 de Maio, e proceder às diligências necessárias para que seja possível integrar o Cineteatro da Nazaré na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, num futuro a curto ou médio prazo. -----

É esta a recomendação que enviamos ao executivo municipal, porque acreditamos que o investimento na Cultura é essencial para o desenvolvimento humano, individual e colectivo.-----

Em suma, é investir nas pessoas.”-----

O **Senhor Presidente** informou ainda, quanto ao local da realização das assembleias, tem-se feito como até ao momento, esperando-se pela alteração ao Regimento para ser ver o local.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se o Senhor **José António Dias Nogueira**, que falou sobre o local da realização das assembleias, não concordando como o modo de disposição dos membros na sala, devendo estar frente a frente entre uns e outros, concordando com a deslocação da sessão para este local. Referiu-se também aos problemas de fornecimento de água no concelho, considerando-o um péssimo serviço prestado, sugerindo que fosse enviado à Câmara uma recomendação para a



realização de um estudo sério e global sobre os problemas de fornecimento de água ao concelho da Nazaré.-----

Falou sobre o passivo existente na autarquia, considerando-o comprometedor.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou informação sobre o passivo existente, bem como das necessidades respeitantes aos fornecimentos de água no concelho, que só se conseguirão resolver com a execução de obras orçadas em 18 milhões de euros.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (apreciação)

*O Senhor **Samuel Fialho** solicitou o uso da palavra para falar sobre os valores respeitantes ao pagamento de custas judiciais, e alguns respeitante a custas de juros.*-----

*A Senhora **Tânia Gandaio** falou sobre problemas sociais existentes com os idosos e se há algumas medidas para colmatar estes problemas e apoios dados na pandemia do COVID19 e se a linha se mantém.*-----

*O Senhor **Presidente da Câmara** informou a Senhora Tânia, que se tem trabalhado em conjunto com a GNR e outros parceiros sociais de modo a ultrapassar esta questão, existindo uma linha de apoio ao idoso.*-----

Quanto à questão da Ecoambiente, informou que esta matéria vem de antes dos executivos do Partido Socialista, tendo sido uma situação que teria que passar pelos tribunais e que a Dra. Helena Pola poderia melhor explicitar a questão, ao que esta prontamente efetuou, dizendo que era um processo bastante complexo e o que aconteceu foi na sequência de uma sentença.-----

O Senhor José Sales recordou os prazos atuais de pagamento sendo muito mais céleres do que quando o Partido Socialista entrou para o executivo.-----

O Senhor **Samuel Fialho** voltou a falar sobre as despesas com custas judiciais e se não seria possível ultrapassar estas questões de outro modo, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** prestou informação; sobre o prazo médio de pagamentos disse que tem sido muito céleres, quase de imediato.-----

O Senhor **Samuel Fialho** voltou a falar sobre a questão judicial e seus pagamentos.-----

Na sequência, o Senhor **José Sales** efetuou um pequeno historial do processo de fornecimento de serviços, à época a executivo do Partido Social Democrata, não sendo fácil a resolução deste problema, estando-se a pagar faturas do passado.-----

A Senhora **Dra. Helena Pola** prestou ainda informações sobre os valores dos pagamentos efetuados e dos recursos havidos.-----

O Senhor **Samuel Fialho** pretendeu saber qual o jurista que tinha patrocinado a Câmara neste assunto, ao que o **Presidente da Câmara** informou que fora o Dr. Branco Tomás e que sobre as posições do Senhor **Samuel Fialho**, recordou os tempos em que este no passado, teve outras posições de grande proximidade ao Presidente da Câmara, quando andava com a bandeira do Partido Socialista a apoiá-lo.-----

Face a esta última intervenção, o Senhor **Samuel Fialho** enviou a seguinte missiva:-----

“ Intervenção de **Samuel Fialho** para Defesa da Honra. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Sinto que a minha honra foi ofendida pelo Sr. Presidente Walter Chicharro quando me acusou de andar com a bandeira do seu partido na mão. Isso é falso, nunca andei com nenhuma bandeira do PS na mão. Mas convém dizer que se o tivesse feito, não havia problema nenhum com isso, porque é natural as pessoas mudarem de ideias. Repare que, por exemplo, mesmo ao seu lado tem uma pessoa que mudou do Bloco de Esquerda para o Partido Socialista e não há mal nenhum nisso. -----



Mas é de facto importante esclarecer esse pedaço da história e agradecer esse ataque que me fez — e que fica ao juízo desta assembleia e de quem nos está ouvir para qualificar a sua natureza.

É verdade que quando o Sr. Presidente apareceu em cena e sobretudo acompanhado com uma pessoa que já se afastou de si, pensei que a Nazaré pudesse mudar. Mas ao interagir consigo ao fim de poucos meses e ao verificar a sua postura em vários assuntos, cedo percebi que o Dr. Walter Chicharro não era quem eu julgava ser. Por isso e por me aperceber logo desde muito cedo desta sua forma de fazer política, não só me afastei de si como decidi envolver-me na política justamente com o objectivo de tentar delimitar esta sua forma de actuar. -----

É no estrito cumprimento da defesa da minha terra que tanto amo e pela qual tenho tentado defender, promover e desenvolver em tantos níveis, que enquadro a minha acção política. É pena que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré muitas vezes confunda a acção política com o plano pessoal. É algo que o senhor tem dificuldade em compreender mas que para mim operam em dois níveis completamente distintos: uma coisa são as nossas ideias políticas e aquilo que entendemos ser o melhor para o nosso concelho. Outra coisa são as relações pessoais. E é por isso que tenho amigos queridos em todo o espectro político. -----

Por isso solicito que não polua, uma vez mais, esta assembleia com assuntos pantanosos. Aproveite-a antes para ouvir as diferentes sensibilidades políticas, aproveite este momento para auscultar a opinião da população. Afinal é para isto que cá estamos.” -----

*O Senhor **Presidente da Câmara**, em resposta, disse que todos sabemos porque se afastou.-----*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

*Antes de se passar ao ponto seguinte, o Senhor **Presidente**, face à presença na sala do Auditor de Contas, questionou se se poderia discutir de seguida o ponto número treze “Relatório e Contas - 1.º Semestre 2021 – do Município da Nazaré” tendo, por unanimidade, sido aceite a sua discussão, como adiante, na sua ordem, será tratado.-----*

Ausentou-se o Senhor **Rui Pedro Marques Venâncio**. -----

2. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2022 E RESPETIVOS ANEXOS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO 2022 E RESPETIVOS ANEXOS – (apreciação e votação)

O Senhor **Samuel Fialho** efetuou a seguinte intervenção escrita:-----

“ **ORÇAMENTOS** -----

Documentos bem melhor elaborados, com melhor apresentação, mas, infelizmente, o seu conteúdo é que não nos satisfaz! -----

Cada vez nos estamos a distanciar mais dos valores que permitem baixar a dívida e, conseqüentemente, os impostos! Por isso mesmo, a população do concelho continuará por muitos mais anos a desembolsar elevadas quantias de dinheiro para satisfazer o pagamento de impostos e taxas que terá que pagar pelos valores máximos obrigatórios. -----

As grandes linhas deste PS mantêm-se; não há reforço efectivo das áreas centrais que a CDU defende, (apesar de já vermos incluídas algumas propostas nossas – fundo de apoio à cultura; intervenção na pista de atletismo; passadiços na praia de sul e de norte) – apoios sociais (inverter as taxas demográficas); mais apoios à cultura; mais apoios à educação; ao movimento associativo; à produção no sector primário; uma leve esperança na reabilitação e construção de habitações municipais a custos controlados... Sempre é um princípio! Precisam é de cumprir. ---

Evidenciamos os comentários preocupantes em todo o parecer do FAM: - com destaque na PROPOSTA E CONSIDERAÇÕES FINAIS do parecer prévio. Será que não percebem o rumo de desastre que estão a levar, colocando-vos já próximo da gestão que tanto criticaram, e ainda criticam passados 8 anos, quando tentam esconder ou tentam diminuir os vossos próprios desaires. Também já não enganam ninguém! A vossa preocupação não é com os munícipes! -----



Tendo em conta a parte o parecer do FAM que refere: “Ajustando o modelo de análise de trajectória da dívida à previsão constante da proposta de Orçamento Municipal 2022, observamos a necessidade de para anos futuros se prever a geração de saldos primários significativos... o prazo para correcção do rácio da dívida em direcção ao limiar legal fixa-se em 9 (nove anos) no cenário central.” Ora isto causa-nos imensa preocupação! -----

Ou seja: Em vez de baixarem a dívida para os valores que permitam baixar impostos e taxas à população, estão a afastar-nos neste momento 9 anos dessa possibilidade. -----

Se é esta a gestão eficaz que tanto apregoam, então desviem o rumo, porque não estão no bom caminho! -----

Perante o que nos é informado, e tudo aquilo que analisámos nos documentos, não podemos votar favoravelmente estes documentos previsionais.” -----

disse que os documentos estão melhor apresentados mas que nada muda relativamente ao passado, lembrou que continua a ser o turismo o principal setor de atuação, ao invés de outros setores, não podendo votar favoravelmente estes documentos previsionais.-----

*O Senhor **José Sales** pretendeu contrapor as afirmações produzidas, não concordando com as afirmações produzidas.-----*

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e onze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

*A Senhora **Cheila de Aguiar** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----*

“O Bloco de Esquerda vota contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano, pois mais uma vez é um Orçamento que não responde às necessidades concretas da sua população. -----

O Bloco de Esquerda apresentou 6 propostas de alteração Orçamentais de resposta à crise, uma das quais já aprovada em Assembleia Municipal por unanimidade, mas que não sai do papel. ----

1. Aplicar já no próximo ano 2022 a atribuição da Tarifa Social da Água Automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei nº147/2017, medida fundamental de apoio direto à população mais vulnerável num concelho em que os custos da água são os mais elevados no distrito. -----

2. Aumento do Orçamento Participativo para 50. 000 €, O Orçamento Participativo é um processo democrático deliberativo, direto e universal, através do qual as pessoas apresentam propostas de investimento e que escolhem, através do voto, quais os projetos que devem ser implementados em diferentes áreas de governação. -----

É fundamental traçar um caminho conjunto entre quem governa e a população, para que esta participe e seja ouvida também em decisões orçamentais. -----

3. Transporte municipal gratuito para deslocações aos serviços de saúde e distribuição de medicamentos, no contexto que vivemos, em que o SNS assume uma relevância extrema, é muito importante que a população tenha acesso a deslocações gratuitas aos serviços de saúde e recolha de medicamentos. -----

4. Excluir de apoios públicos entidades que recorrem a trabalho precário e, com isto, também pugnar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da autarquia, pelas suas condições de segurança e higiene no trabalho e respetivos direitos sindicais. -----

5. Apostar na neutralidade climática e eficiência energética dos edifícios e habitações da autarquia até 2030, de forma a contribuir para o combate às alterações climáticas, a luta mais urgente do nosso tempo. -----

Parque público de habitação com arrendamento acessível para a população em todo o concelho, é essencial que a Estratégia Local de Habitação que está a ser desenvolvida pelo executivo responda à vulnerabilidade habitacional sentida pela população no concelho.” -----

O Senhor **Samuel Fialho** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----



“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Continuamos na saga de Orçamentos, PPI e Grandes Opções do Plano, apenas para registo obrigatório. -----

Se colocássemos aqui o que temos vindo a escrever nas declarações de voto que emitimos nos anos anteriores neste órgão, estaríamos completamente certos que não se achariam diferenças, dado que o que ali referíamos sobre os documentos previsionais continua correcto e em sintonia com o que é referido novamente tanto pela Direcção Executiva do FAM no parecer prévio emitido, como pela SROC que presta serviços ao município e que deve ter cada vez mais dificuldades em empurrar para a frente os problemas há muito identificados e nunca mais resolvidos pelo executivo que já vai para o seu terceiro mandato sem os conseguir resolver.

Em português corrente, o que aquelas entidades enunciam, com os termos técnicos habituais sobre os documentos previsionais da CMN e SMN é igual a dizer-se que, isto continua sem rei nem roque! Ou seja: para o executivo municipal da Nazaré o orçamento é uma mera ferramenta obrigatória que não merece qualquer cumprimento nem acerto governativo com o que lá está escrito. Daí também as constantes alterações e até algumas revisões orçamentais ao longo dos exercícios. -----

Ao contrário do executivo do PS, para nós, CDU, os orçamentos públicos são um instrumento disciplinador das finanças públicas e são uma ferramenta de controlo e um documento com previsão de metas sociais a serem alcançadas. Nada disto vemos nos documentos recebidos, tanto da CMN como dos SMN! -----

Mais uma vez, escusamo-nos a falar aqui de números. Porque dos números dos orçamentos melhor falam os técnicos que já referimos antes. E esses são arrasadores, relativamente ao que referem nos pareceres emitidos sobre estes documentos previsionais que lhes foram enviados.

Aliás, remetemos, uma vez mais, exactamente para esses pareceres e relatórios, e suas conclusões, a posição de voto que aqui assumimos. Isto, pelas imensas dúvidas, e pelas certezas, dissipadas naquele parecer prévio do FAM, mas, também, pelos nossos receios de que estes orçamentos nos irão conduzir a mais criação de dívida, e, conseqüentemente, de mais dificuldades futuras e prolongadas por gerações, como antevê e alerta firmemente e sem qualquer dúvida a própria direcção executiva do FAM. -----

Preferíamos falar das acções políticas que estes planos deviam encerrar, mas também elas não são as que melhor defendem as populações do nosso concelho em tempos de Pandemia e de dificuldades económicas por ela aumentadas. -----

*Ao manifestarem a retirada de valores substanciais de algumas obras e atirando-se para a frente a conclusão ou início de outras, e isto vem acontecendo ano após ano, aqui fica a prova provada de que este executivo navega sem rumo certo e só ao sabor da maré dos apoios e fundos europeus que vai tentando obter para as suas obras de estética duvidosa e de necessidade questionável. -
Veja-se, entre outras, a pausa no início de obra, pelas alterações de última hora ao projecto da Praça Sousa Oliveira. E estava tudo pronto a arrancar numa, já muito passada, segunda-feira, olha se não estivesse! E agora também com paragem na obra da Praça 25 de Abril, no Valado. Tudo bem programado! -----*

A população do nosso concelho precisa de mais acção concreta em defesa do seu bem-estar e de menos despesismo em viagens e outros apoios pagos aos políticos do executivo, que se mantêm em permanente deslocação em exibição de folclore político, na procura de novidades para importar, como se a Nazaré precisasse disso neste momento. -----

Assumindo-se que o que é referido pelos pareceres técnicos é o que deveria acontecer para que as coisas fossem totalmente legais, o contrário é o que irá ser feito por este executivo que habitualmente não ouve ninguém, nem procede conforme a Lei, como o comprovaram já algumas sentenças de tribunais transitadas em julgado e auditorias de outros órgãos centrais de



fiscalização. -----
atos que nos chegam, poucos receberam o pouco que lhes foi prometido. -----
A desculpa, real e já conhecida, de que não se podem baixar impostos, não pode invalidar a luta por melhores apoios e condições a oferecer às instituições da sociedade civil e às que apoiam os mais desfavorecidos. Mais agora que se prevê num futuro próximo que o aumento de necessitados, de toda a ordem, galgue para números medonhos. -----
Mas, para espanto nosso, esse ainda não é um motivo de preocupação do executivo do PS que, ao contrário, baixa o orçamento em cerca de 628.758,00€, mantendo todas as acções de propaganda despesista em eventos de praia e mar em 2022. Fácil é entender onde se vão baixar os apoios, ou a não construção de habitações a custos controlados, mesmo que nada refiram ali. -----
A população da Nazaré, que já paga e pagará durante muitos mais anos os impostos, as taxas e os preços pelo factor máximo legal, não pode ser mais prejudicada pela indecisão do executivo que não projecta convenientemente e não prevê o que pode fazer para diminuir os problemas que também ajudou a criar com a sua hesitação.-----
A CDU, consciente da sua responsabilidade, enviou para o executivo, após a reunião que aconteceu a 18 de Novembro ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, um pacote de medidas que foram apresentadas no nosso programa eleitoral e que pretendíamos ver discutidas e contempladas neste orçamento, pois todas iam ao encontro de necessidades reais da terra e do povo. Como habitualmente, essa reunião só serve para o executivo “cumprir calendário legal”, nunca contemplando concretamente as propostas da oposição. -----
No entanto, alguma coisa faz, mesmo à pressa, quando reconhece que as ideias propostas até são favoráveis a mais publicidade ao executivo e às criações que faz suas, não as discutindo sequer com quem efectivamente as apresentou e sabe do que fala. -----

Também a dança dos números, que habilmente se manipulam de rubricas para rubricas, de modo a dar o resultado certo que se pretende atingir, já não engana ninguém. - Já muitos o usaram antes e foram duramente criticados -. E isso ficou bem patente no parecer prévio do FAM e nas recomendações lá emitidas sobre a previsão do aumento injustificado da receita, entre outras. --

Resta-nos ainda a esperança de que alguém fiscalize o que aqui se passa e que coloque fim a este tipo de governo esbanjador dos poucos recursos financeiros da autarquia. Um executivo que gasta, e continua a propor-se gastar, largas centenas de milhares de euros anuais em actividades de propaganda que não deixam assim tanta riqueza na terra como afirmam amiúde, mesmo sem qualquer estudo económico-financeiro que o suporte. - Basta analisar o valor da derrama recebida anualmente, mesmo pela taxa máxima, para se perceber a falsidade da argumentação apresentada. -----

Ao contrário, estes documentos previsionais não respondem aos anseios da população, que será castigada com a manutenção, ainda por mais 9 anos, dos custos de bens essenciais e de impostos e taxas no máximo, só porque este executivo não quer gerir com a intenção de poupar, como lhe é novamente recomendado claramente pelo FAM, para então poder baixar o valor da dívida para os valores que permitem essa possibilidade legal. Isto vem estando, orçamento após orçamento, bem patente no parecer do FAM. -----

Pelos efeitos que os orçamentos e GOP apresentados irão provocar nas populações e na economia local, tal como já se evidenciam eventuais situações de alarme da situação financeira, pós empréstimo do FAM, e, em razão do que nos foi apresentado nos documentos exibidos neste ponto, não podemos votar de outra forma que não seja contra.” -----

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----*

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem ao abrigo do artº 58 da Lei 75/2013 de 12 de setembro apresentar declaração de voto contra, no ponto 2, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município da Nazaré para o ano de 2022 e



respetivos anexos – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados da Nazaré para o anos de 2022 e respetivos anexos, pelas seguintes razões:-----
Seria expectável que anualmente houvesse um excedente no orçamento municipal, considerando que, o Município da Nazaré está sob o Programa de Ajustamento Municipal (PAM), e que assim sendo, o que se espera deste executivo é que cumpra o que está pré-definido por este organismo.-
No entanto, o que verificamos neste orçamento é que há um aumento da dívida, um aumento da despesa e estranhamente um aumento exponencial com gastos com o pessoal, salientando-se que foi esta a rubrica que regista a maior subida, com 5,2 milhões de euros orçamentados em 2021 (mais 11,2%). Ou seja o valor previsto é superior em cerca de €1,3M face ao previsto no PAM;-
Assim sendo, consideramos que este orçamento para 2022 reflete uma continuidade do cenário de despesismo atrasando o alcance do equilíbrio financeiro para a possibilidade do abaixamento de impostos e conseqüentemente, contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes.”-----

3. PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA TAXA DA DERRAMA – ANO 2022 – (apreciação e votação)

A Senhora **Sara Louraço Vidal** tomou a palavra para se referir ao ponto em discussão, como se indica:-----

“ Não temos muito a referir relativamente a estes pontos sobre a taxaço pelo máximo legal dos empresários e população da Nazaré para o próximo ano. -----

Apenas lamentamos que num tempo de dificuldades generalizadas, a autarquia e o seu executivo não coloquem mais atenção e cuidado para com os empresários, a todos eles, do nosso concelho.

Não é com os “pensos rápidos” propostos pela Câmara que se estanca ou atenua a crise provocada pela COVID19. Pelo contrário, podem criar-se mais desigualdades. -----

Como afirmámos no início deste problema de saúde pública, esta situação era complicada demais e seria de longa duração. Infelizmente não nos enganámos. -----

Isto, de facto, já dura há tempo demais. -----

Para mais ainda numa autarquia em que grande parte dos empresários e negócios dependem maioritariamente da indústria do turismo para sobreviver. -----

A situação pode ainda ficar mais catastrófica se não houver completa e permanente atenção aos acontecimentos e rápido e eficaz apoio às necessidades encontradas. -----

É isso que as famílias do nosso concelho exigem de nós! -----

Isto não é sequer uma crítica política! -----

Entendam-na apenas como mais uma chamada de atenção! -----

Não havendo forma da autarquia apoiar os empresários e as famílias com o abaixamento do valor das taxas da derrama e IMI, num momento como o que vivemos, entendemos que deveria haver por parte do Estado uma atenção especial para com as autarquias em dificuldades financeiras e permitir que, também estas, pudessem apoiar os comerciantes e restante população, colocando algum benefício directo à sua disposição, materializado na baixa de impostos directos por tempo determinado. -----

Como isso não acontece, a CDU irá votar contra as taxas apresentadas, como manifestação de revolta pela falta de atenção e cuidado dado a este tema no momento adverso que vivemos”.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e onze votos contra Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

A Senhora Tânia Gandaio apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 3, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – Proposta de Lançamento da taxa de Derrama – ano 2022, pelas seguintes razões:-----



Na actual Lei das Finanças Locais, a Derrama figura-se como uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas. -----

Considerando que o Município da Nazaré se encontra sob o cumprimento de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM), desde 2018, e de acordo com as medidas de reequilíbrio orçamental referentes à otimização da receita, implica a aplicação da taxa máxima destes impostos (art.º 18.º da Lei 73/2013 de 3/9), sendo de carácter obrigatório e vinculam o Município durante a vigência do PAM;-----

Considerando que o relatório de contas da Câmara Municipal da Nazaré, referente ao 1.º semestre, revela uma preocupante subida da despesa face à receita, nada compatível com a necessidade de um maior esforço por parte deste executivo, no sentido de atingir mais rapidamente o reequilíbrio financeiro para a possibilidade do abaixamento de impostos e conseqüentemente e assim contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes do concelho da Nazaré, não podemos votar favoravelmente.”-----

*A Senhora **Sara Louraço Vidal** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----*

“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 3 e 5 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Ao contrário do que fizemos no ano passado, em que nos abstivemos, em parte motivados pela ideia de que o pior da Pandemia já deveria ter passado em 2021, coisa que infelizmente não veio a acontecer, os membros da bancada da CDU, este ano votam contra a permanência nas taxas máximas da derrama e do IMI. -----

Tanto às empresas locais como aos munícipes, no tempo que vivemos, reconhecemos que é manifestamente desigual o tratamento que estes têm, relativamente aos de restantes municípios, apenas porque o executivo municipal não trabalha com o sentido de poupar, para assim chegar

ao valor que permite aliviar mais rapidamente a carga de impostos perante o Estado e o Fundo de Apoio Municipal (FAM). -----

São essas faltas de acções concretas que nos levam a votar contra. Além das razões que se prendem com o sentirmos também as dificuldades económicas das empresas e das famílias que delas dependem, motivadas pela Pandemia de COVID19. -----

Mas a esse tema o executivo do PS parece não ligar muito. A eles bastou-lhes a moratória do FAM para que em 2021 a autarquia não se pagasse os juros do capital em dívida. -----

Poderíamos ficar por aqui, mas, mais uma vez repetimos que, por mais vezes que o executivo municipal queira usar estes impostos para vir dizer à AMN que pediu autorização ao FAM para os baixar, mas que não foi autorizado, sentimos que essa continua a ser a manifestação propagandística de um tremendo fingimento, que vai trazendo aos órgãos autárquicos e que tenta passar para a população, e para a opinião pública, como realidade possível, que o é, mas que, da maneira que o faz, sem fundamentação que origine sequer uma apreciação por parte daquele organismo público, como, aliás, lhe foi sugerido já no parecer do FAM do ano passado, sabe de antemão que tal nunca será autorizado pois vai contra o contrato PAM assinado. -----

Todos sabemos que é muito difícil fazer baixar este tipo de impostos enquanto a autarquia estiver endividada como está e sem que da parte do executivo, venha a vontade, o trabalho e o cuidado de ir poupando e ir pagando, para fazer chegar a dívida ao valor que permitirá então legalmente baixá-los. Essa necessidade de poupança vem sendo referenciada pela direcção do FAM em todos os pareceres emitidos. Mas, ao contrário, este executivo esbanja centenas de milhares de euros por ano em futebóis e andebóis de Praia e outros eventos desportivos radicais relacionados com o mar. Uma terra rica! Mas só para alguns! -----

Para o executivo, a oposição, - e principalmente a CDU que ainda nunca foi governo municipal nesta terra -, é que são os maiores culpados de todos os anteriores problemas locais e também pelos actuais já criados por mais 8 anos de governação do partido socialista local.



Basta ver a quantidade de problemas que este executivo originou e que têm levado a autarquia e o seu presidente a tribunal, havendo já algumas condenações entretanto conhecidas. Vamos esperar que as próximas sentenças não continuem a ditar mais dívida indemnizatória, mas não só, para todos pagarmos. Isto além da que já pagámos pelos custos de todos os processos que originou. Alguns conhecidos há bem pouco tempo. -----

Se têm tanta vontade de baixar encargos à população, coloquem os vossos esforços no abaixamento até ao mínimo possível e antes de haver prejuízo, dos valores dos bens e serviços essenciais que vendem à população e que cobram mensalmente. Ponham os olhos em outras autarquias bem próximas, que compram da mesma água que nós e a vendem mais barata à população. Assim também ajudariam as empresas e as famílias atenuando nos valores da derrama e IMI a pagar! -----

Isso sim é que era demonstrativo de acção convergente com a defesa da população e dos comerciantes e empresários locais, ainda mais nesta hora de aperto generalizado provocado pela Pandemia. Lembrem-se da recomendação apresentada há pouco pela CDU. -----

Vamos esperar a ver se algo acontece neste domínio. -----

E se algo acontecer nesse sentido, podem dizer que é uma acção do executivo para ajuda a toda a população, como o têm feito. Não só não nos importamos, como valorizaremos e apoiaremos nos fóruns próprios. -----

Deixamos aos eleitos do PS a aprovação do valor máximo destas taxas, porque para eles o entendimento sobre o exercício do seu executivo deve ser oposto ao nosso. -----

Registamos que o voto contra que é exercido pela bancada da CDU se manifesta na vontade de demonstrar o nosso descontentamento pela falta de acção concreta do executivo, e não como uma vontade de ir contra o contrato assinado com o FAM." -----

4. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2022 – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista uma abstenção do Bloco de Esquerda e dez votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:*-----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 4, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – Proposta de participação no imposto sobre o rendimento das pessoas Singulares – ano 2022, pelas seguintes razões:-----

Considerando que o Município da Nazaré se encontra sob o cumprimento de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM), desde 2018, e de acordo com as medidas de reequilíbrio orçamental referentes à otimização da receita, implica a aplicação da taxa máxima destes impostos (art.º 18.º da Lei 73/2013 de 3/9), sendo de carácter obrigatório e vinculam o Município durante a vigência do PAM;-----

Considerando que o relatório de contas da Câmara Municipal da Nazaré, referente ao 1.º semestre, revela uma preocupante subida da despesa face à receita, nada compatível com a necessidade de um maior esforço por parte deste executivo, no sentido de atingir mais rapidamente o reequilíbrio financeiro para a possibilidade do abaixamento de impostos e consequentemente e assim contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes do concelho da Nazaré, não podemos votar favoravelmente.”-----

5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO 2022 – (apreciação e votação)

*A Senhora **Sara Louraço Vidal** efetuou a seguinte intervenção escrita:*-----

“Perguntamos, o que fez o executivo relativamente às indicações dadas pelo FAM no parecer ao



orçamento deste ano 2021, no ano passado, relativamente à forma para executar o orçamento deste ano e assim se poder pedir o abaixamento do valor do IMI para 2022, por exemplo? -----

(substituição de receita do IMI por receita de igual valor em outras rubricas, como está escrito no parecer e é a forma legal de poder-se baixar o IMI) -----

É que nada nos foi indicado, além da habitual informação da carta enviada pela CMN ao FAM a pedir para baixar a taxa de IMI, mas sem a sustentar em estudo que fundamente esse pedido ou que indique como pode o executivo alavancar receita em outros sectores, para colmatar a falta do valor que se diminui na receita de impostos directos pelo abaixamento da taxa de IMI aos municípios. -----

Isto sim era trabalho que apreciariamos e valorizariamos aqui sem qualquer problema. -----

Mas isso, também é pedir muito! “-----

A Senhora **Tânia Gandaio** solicitou informação sobre o procedimento em questão,-----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou que não é possível baixar os impostos, podendo ser solicitado esse abaixamento no final do terceiro ano de contrato, no próximo ano, estando a encontrar-se soluções para resolver esta questão.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista, uma abstenção do Boco de Esquerda e dez votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 5, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – Proposta de fixação de taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) – ano 2022, pelas seguintes razões:-----

Considerando que o Município da Nazaré encontra-se sob o cumprimento de um contrato Programa de Ajustamento Municipal em vigor desde 2018 o que o obriga anualmente a fixar a

taxa do IMI, por forma a permitir a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM, no entanto, segundo o parecer do FAM, havia a possibilidade de se baixar a taxa de IMI caso tivesse sido apresentado um estudo, que evidenciasse que os impactos financeiros gerados com a aplicação de uma taxa mais baixa não iriam prejudicar o cumprimento integral dos encargos e metas previstas no PAM a que o município está vinculado, pelo que, lamentamos que este executivo não tivesse envidado esforços no sentido de realizar este estudo que poderia possibilitar que este imposto tivesse uma taxa mais baixa aliviando assim, os encargos dos nossos munícipes, por esse facto, Votamos contra.”-----

A Senhora **Sara Louraço Vidal** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, nos pontos 3 e 5 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Ao contrário do que fizemos no ano passado, em que nos abstivemos, em parte motivados pela ideia de que o pior da Pandemia já deveria ter passado em 2021, coisa que infelizmente não veio a acontecer, os membros da bancada da CDU, este ano votam contra a permanência nas taxas máximas da derrama e do IMI. -----

Tanto às empresas locais como aos munícipes, no tempo que vivemos, reconhecemos que é manifestamente desigual o tratamento que estes têm, relativamente aos de restantes municípios, apenas porque o executivo municipal não trabalha com o sentido de poupar, para assim chegar ao valor que permite aliviar mais rapidamente a carga de impostos perante o Estado e o Fundo de Apoio Municipal (FAM). -----

São essas faltas de acções concretas que nos levam a votar contra. Além das razões que se prendem com o sentirmos também as dificuldades económicas das empresas e das famílias que delas dependem, motivadas pela Pandemia de COVID19. -----

Mas a esse tema o executivo do PS parece não ligar muito. A eles bastou-lhes a moratória do FAM para que em 2021 a autarquia não se pagasse os juros do capital em dívida. -----



Poderíamos ficar por aqui, mas, mais uma vez repetimos que, por mais vezes que o executivo municipal queira usar estes impostos para vir dizer à AMN que pediu autorização ao FAM para os baixar, mas que não foi autorizado, sentimos que essa continua a ser a manifestação propagandística de um tremendo fingimento, que vai trazendo aos órgãos autárquicos e que tenta passar para a população, e para a opinião pública, como realidade possível, que o é, mas que, da maneira que o faz, sem fundamentação que origine sequer uma apreciação por parte daquele organismo público, como, aliás, lhe foi sugerido já no parecer do FAM do ano passado, sabe de antemão que tal nunca será autorizado pois vai contra o contrato PAM assinado. -----

Todos sabemos que é muito difícil fazer baixar este tipo de impostos enquanto a autarquia estiver endividada como está e sem que da parte do executivo, venha a vontade, o trabalho e o cuidado de ir poupando e ir pagando, para fazer chegar a dívida ao valor que permitirá então legalmente baixá-los. Essa necessidade de poupança vem sendo referenciada pela direcção do FAM em todos os pareceres emitidos. Mas, ao contrário, este executivo esbanja centenas de milhares de euros por ano em futebóis e andebóis de Praia e outros eventos desportivos radicais relacionados com o mar. Uma terra rica! Mas só para alguns! -----

Para o executivo, a oposição, - e principalmente a CDU que ainda nunca foi governo municipal nesta terra -, é que são os maiores culpados de todos os anteriores problemas locais e também pelos actuais já criados por mais 8 anos de governação do partido socialista local. -----

Basta ver a quantidade de problemas que este executivo originou e que têm levado a autarquia e o seu presidente a tribunal, havendo já algumas condenações entretanto conhecidas. Vamos esperar que as próximas sentenças não continuem a ditar mais dívida indemnizatória, mas não só, para todos pagarmos. Isto além da que já pagámos pelos custos de todos os processos que originou. Alguns conhecidos há bem pouco tempo. -----

Se têm tanta vontade de baixar encargos à população, coloquem os vossos esforços no abaixamento até ao mínimo possível e antes de haver prejuízo, dos valores dos bens e serviços essenciais que vendem à população e que cobram mensalmente. Ponham os olhos em outras autarquias bem próximas, que compram da mesma água que nós e a vendem mais barata à população. Assim também ajudariam as empresas e as famílias atenuando nos valores da derrama e IMI a pagar! -----

Isso sim é que era demonstrativo de acção convergente com a defesa da população e dos comerciantes e empresários locais, ainda mais nesta hora de aperto generalizado provocado pela Pandemia. Lembrem-se da recomendação apresentada há pouco pela CDU. -----

Vamos esperar a ver se algo acontece neste domínio. -----

E se algo acontecer nesse sentido, podem dizer que é uma acção do executivo para ajuda a toda a população, como o têm feito. Não só não nos importamos, como valorizaremos e apoiaremos nos fóruns próprios. -----

Deixamos aos eleitos do PS a aprovação do valor máximo destas taxas, porque para eles o entendimento sobre o exercício do seu executivo deve ser oposto ao nosso. -----

Registamos que o voto contra que é exercido pela bancada da CDU se manifesta na vontade de demonstrar o nosso descontentamento pela falta de acção concreta do executivo, e não como uma vontade de ir contra o contrato assinado com o FAM.” -----

6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2022 – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com dezasseis votos a favor dos membros do Partido Socialista e eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Boco de Esquerda e seis votos contra do Partido Social Democrata. -----



Sendo meia-noite, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos,-----

O Senhor José Sales informou que a bancada do Partido Socialista é de opinião que a sessão seja continuada na próxima segunda feira, ao que o Senhor António Absalão respondeu que o Partido Social Democrata é de opinião que a sessão continue de imediato, sendo deliberado, por unanimidade, dar continuidade à sessão até à uma hora. Se não se concretizar a totalidade dos trabalhos, efetuar-se-á a continuação dos trabalhos noutra dia a acordar. -----

7. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA – CARSURF – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e onze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

A Senhora Cheila de Aguiar apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra os Pontos 7, 8 e 9 da ordem do dia, porque defende a extinção da Empresa Municipal Nazaré Qualifica e a passagem das suas competências de serviço público e de todos os seus trabalhadores e trabalhadoras para os quadros da autarquia. -----

Este executivo, tem aumentado, de orçamento para orçamento, a verba atribuída a esta empresa municipal, com a justificação do acréscimo de encargos da mesma. -----

A Empresa Municipal Nazaré Qualifica gere e aplica dinheiros públicos, de todos e todas nós, fora do espaço da fiscalização Municipal e sem prestar contas à população da sua gestão financeira, além de que, continua a ser um espaço de promoção do trabalho precário e de falsos recibos verdes. -----

A luta do Bloco de esquerda será feita sempre pela transparência e pelo trabalho com direitos.”

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto, que se transcreve:-----*

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, nos pontos 7, 8 e 9 desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – -----

7 - Contrato programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda,-----

8 – Contrato Programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda – Cultura e Eventos – Ano 2022; -----

9 – Contrato Programa a celebrar entre os Serviços Municipalizados da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda. , pelas seguintes razões:-----

Foram-nos apresentados contratos programas num valor total de 797 400,00€ para a realização de serviços cuja competência são por natureza da Câmara e dos Serviços Municipalizados.-----

Considerando que, quer os Serviços Municipalizados, quer a Câmara Municipal da Nazaré ficam esvaziados nas suas competências legalmente atribuídas, já que estas são transferidas para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica através destes contratos programa, fugindo assim à fiscalização apropriada e aprofundada dos legalmente eleitos pela população;-----

Considerando, ainda, que esta situação, ano após ano, mantém os trabalhadores da Nazaré Qualifica numa situação de precariedade e insegurança;-----

E por fim, mas não de menor importância, tendo em conta as questões recentemente levantadas pelo Tribunal de contas que indicou irregularidades quanto à forma e conteúdo destes contratos programa e que nunca foram regularizadas, os eleitos nesta assembleia pelo PSD não poderiam votar de outra forma se não contra referente aos contratos programa apresentados.”-----

*A Senhora **Helena Copa** apresentou a seguinte declaração de voto:-----*

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vota CONTRA, nos pontos 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----



Continuam de forma igual, a apresentar à AMN, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Nazaré Qualifica - Empresa Municipal (NQ-EM) de forma individualizada.-----

A única diferença encontrada, que mais uma vez se confirma, é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências relativamente ao ano anterior. Ainda que digam o contrário, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 93.003,12 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa, - e mais o da Educação feito em Junho -, 1.132.500,00 Euros. -----

Ainda que tenhamos aceitado o da Educação, por o mesmo já ter sido em ano anterior aceite também pelo Tribunal de Contas e não haver ali alteração a não ser o valor, sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação destes, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NQ-EM, mas porque somos contra a forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, pelos resultados operacionais negativos entretanto conhecidos, pelo grande aumento de despesa com pagamentos ao seu conselho de administração e pelos empréstimos, entretanto já contraídos junto da banca, eventualmente para resolver parte dessa má gestão, como já referimos e mantemos. Mais dívida! Não aceitamos! ---

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver. -----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro da CMN para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores e dos responsáveis nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NQ-EM existir! Pelo contrário, infelizmente o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimento financeiros que eles escondem, mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programas. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programas continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas. -----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores. -----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição na AMN, e, muito menos, para a população. -----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmassem na AMN que nos iriam enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram. Só isso dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. -----

Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa, que devem ser vistos como um e não como vários, para assim fugirem ao escrutínio e ao pedido de visto ao Tribunal de Contas. -----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje aqui apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.” -----



8. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPESSOAL, LDA – CULTURA E EVENTOS – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e onze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

*A Senhora **Cheila de Aguiar** apresentou a declaração de voto que se transcreve:*-----

“O Bloco de Esquerda vota contra os Pontos 7, 8 e 9 da ordem do dia, porque defende a extinção da Empresa Municipal Nazaré Qualifica e a passagem das suas competências de serviço público e de todos os seus trabalhadores e trabalhadoras para os quadros da autarquia. -----

Este executivo, tem aumentado, de orçamento para orçamento, a verba atribuída a esta empresa municipal, com a justificação do acréscimo de encargos da mesma. -----

A Empresa Municipal Nazaré Qualifica gere e aplica dinheiros públicos, de todos e todas nós, fora do espaço da fiscalização Municipal e sem prestar contas à população da sua gestão financeira, além de que, continua a ser um espaço de promoção do trabalho precário e de falsos recibos verdes. -----

A luta do Bloco de esquerda será feita sempre pela transparência e pelo trabalho com direitos.”

*A Senhora **Helena Copa** apresentou a seguinte declaração de voto:*-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vota CONTRA, nos pontos 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Continuam de forma igual, a apresentar à AMN, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Nazaré Qualifica - Empresa Municipal (NQ-EM) de forma individualizada.-----

A única diferença encontrada, que mais uma vez se confirma, é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências relativamente ao ano anterior. Ainda que digam o contrário, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 93.003,12 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa, - e mais o da Educação feito em Junho -, 1.132.500,00 Euros. -----

Ainda que tenhamos aceite o da Educação, por o mesmo já ter sido em ano anterior aceite também pelo Tribunal de Contas e não haver ali alteração a não ser o valor, sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação destes, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NQ-EM, mas porque somos contra a forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, pelos resultados operacionais negativos entretanto conhecidos, pelo grande aumento de despesa com pagamentos ao seu conselho de administração e pelos empréstimos, entretanto já contraídos junto da banca, eventualmente para resolver parte dessa má gestão, como já referimos e mantemos. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver. -----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro da CMN para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores e dos responsáveis nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NQ-EM existir! Pelo contrário, infelizmente o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimentos financeiros que eles escondem, mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programas. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes



contratos programas continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas. -----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores. -----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição na AMN, e, muito menos, para a população. -----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmassem na AMN que nos iriam enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram. Só isso dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. -----

Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa, que devem ser vistos como um e não como vários, para assim fugirem ao escrutínio e ao pedido de visto ao Tribunal de Contas. -----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje aqui apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.” -----

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto, que se transcreve:-----*

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, nos pontos 7, 8 e 9 desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 -- -----

7 - Contrato programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda,-----

8 – Contrato Programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda – Cultura e Eventos – Ano 2022; -----

9 – Contrato Programa a celebrar entre os Serviços Municipalizados da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda. , pelas seguintes razões:-----

Foram-nos apresentados contratos programas num valor total de 797 400,00€ para a realização de serviços cuja competência são por natureza da Câmara e dos Serviços Municipalizados.-----

Considerando que, quer os Serviços Municipalizados, quer a Câmara Municipal da Nazaré ficam esvaziados nas suas competências legalmente atribuídas, já que estas são transferidas para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica através destes contratos programa, fugindo assim à fiscalização apropriada e aprofundada dos legalmente eleitos pela população;-----

Considerando, ainda, que esta situação, ano após ano, mantém os trabalhadores da Nazaré Qualifica numa situação de precariedade e insegurança;-----

E por fim, mas não de menor importância, tendo em conta as questões recentemente levantadas pelo Tribunal de contas que indicou irregularidades quanto à forma e conteúdo destes contratos programa e que nunca foram regularizadas, os eleitos nesta assembleia pelo PSD não poderiam votar de outra forma se não contra referente aos contratos programa apresentados.”-----

9 - CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ E A EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPESSOAL, LDA – R.S.U. – (apreciação e votação)

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e onze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----



A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto, que se transcreve:-----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, nos pontos 7, 8 e 9 desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – -----

7 - Contrato programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda,-----

8 – Contrato Programa a celebrar entre o Município da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda – Cultura e Eventos – Ano 2022; -----

9 – Contrato Programa a celebrar entre os Serviços Municipalizados da Nazaré e a Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM Unipessoal, Lda. , pelas seguintes razões:-----

Foram-nos apresentados contratos programas num valor total de 797 400,00€ para a realização de serviços cuja competência são por natureza da Câmara e dos Serviços Municipalizados.-----

Considerando que, quer os Serviços Municipalizados, quer a Câmara Municipal da Nazaré ficam esvaziados nas suas competências legalmente atribuídas, já que estas são transferidas para a Empresa Municipal Nazaré Qualifica através destes contratos programa, fugindo assim à fiscalização apropriada e aprofundada dos legalmente eleitos pela população;-----

Considerando, ainda, que esta situação, ano após ano, mantém os trabalhadores da Nazaré Qualifica numa situação de precariedade e insegurança;-----

E por fim, mas não de menor importância, tendo em conta as questões recentemente levantadas pelo Tribunal de contas que indicou irregularidades quanto à forma e conteúdo destes contratos programa e que nunca foram regularizadas, os eleitos nesta assembleia pelo PSD não poderiam votar de outra forma se não contra referente aos contratos programa apresentados.”-----

A Senhora **Cheila de Aguiar** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra os Pontos 7, 8 e 9 da ordem do dia, porque defende a extinção da Empresa Municipal Nazaré Qualifica e a passagem das suas competências de serviço público e de todos os seus trabalhadores e trabalhadoras para os quadros da autarquia. -----

Este executivo, tem aumentado, de orçamento para orçamento, a verba atribuída a esta empresa municipal, com a justificação do acréscimo de encargos da mesma. -----

A Empresa Municipal Nazaré Qualifica gere e aplica dinheiros públicos, de todos e todas nós, fora do espaço da fiscalização Municipal e sem prestar contas à população da sua gestão financeira, além de que, continua a ser um espaço de promoção do trabalho precário e de falsos recibos verdes. -----

A luta do Bloco de esquerda será feita sempre pela transparência e pelo trabalho com direitos.”

*A Senhora **Helena Copa** apresentou a seguinte declaração de voto:-----*

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vota CONTRA, nos pontos 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Continuam de forma igual, a apresentar à AMN, ano após ano, este tipo de contratos programa com a Nazaré Qualifica - Empresa Municipal (NQ-EM) de forma individualizada.-----

A única diferença encontrada, que mais uma vez se confirma, é a que resulta sempre do aumento do valor financeiro das transferências relativamente ao ano anterior. Ainda que digam o contrário, neste caso, para o próximo ano esse aumento vale mais 93.003,12 Euros. Resultando com isto, num total a transferir por estes contratos programa, - e mais o da Educação feito em Junho -, 1.132.500,00 Euros. -----

Ainda que tenhamos aceiteado o da Educação, por o mesmo já ter sido em ano anterior aceite também pelo Tribunal de Contas e não haver ali alteração a não ser o valor, sabem que não podem esperar da nossa parte a aceitação destes, pois nunca o fizemos. Não porque sejamos contra a manutenção da NQ-EM, mas porque somos contra a forma como ela é gerida. E agora ainda mais difícil se torna aceitar estes contratos, pelos resultados operacionais negativos



entretanto conhecidos, pelo grande aumento de despesa com pagamentos ao seu conselho de administração e pelos empréstimos, entretanto já contraídos junto da banca, eventualmente para resolver parte dessa má gestão, como já referimos e mantemos. Mais dívida! Não aceitamos! ----

Continua-se a assistir às manobras dos contratos programa para promover a manutenção daquela empresa, que, de outra forma, não conseguirá sobreviver. -----

Continuamos a afirmar que, para nós, esta situação não passa de uma forma de transferir dinheiro da CMN para a Empresa Municipal, que não o consegue gerar pelo trabalho e acção dos gestores e dos responsáveis nomeados pelo presidente da Câmara e pagos principescamente por todos nós. Assim foi desde sempre e assim continuará enquanto a NQ-EM existir! Pelo contrário, infelizmente o mesmo não acontece com o viveiro de trabalhadores precários que ela mantém apenas para salvaguardar eleições futuras de quem os lá coloca, mesmo sabendo das condições indiferenciadas que lhes oferece e que estes aceitam por extrema necessidade. -----

Muito mais se poderia dizer destes contratos e dos envolvimento financeiros que eles escondem, mas não o iremos fazer agora, até porque já o fizemos em anteriores declarações de voto sobre este tipo de contratos programas. No entanto, mantemos aqui o essencial, porque também estes contratos programas continuam a manter as mesmas falhas, já detectadas e assinaladas não só por nós, mas também pelo Tribunal de Contas. -----

Tal como temos defendido até aqui, e convictamente o continuamos a fazer, estes contratos carecem de fundamentação concreta e objectiva, que deve ser feita de forma a torná-los perceptíveis, com dados financeiros adquiridos da contabilidade analítica, obtidos das aplicações informáticas oficiais do município e da empresa municipal. Todos esses dados deveriam ser de conhecimento público generalizado e não o são. Deveriam ser-nos enviados documentos onde existam resultados mensuráveis e compreensíveis em toda a sua extensão de análise, bem como os

relatórios e os resultados financeiros com os valores atingidos das transferências dos contratos anteriores. -----

A transparência sempre exigida continua a não acontecer para nós, membros da oposição na AMN, e, muito menos, para a população. -----

O facto de nada nos ser habitualmente informado com rigor e fundamentação sobre a gestão da Nazaré Qualifica, ainda que sempre afirmassem na AMN que nos iriam enviar os documentos pedidos, o que nunca fizeram. Só isso dá-nos, desde logo, o direito de não tomar posição favorável à aceitação destes contratos. -----

Continuamos a entender que os problemas apontados há anos pelo Tribunal de Contas permanecem em todos estes contratos programa, que devem ser vistos como um e não como vários, para assim fugirem ao escrutínio e ao pedido de visto ao Tribunal de Contas. -----

Por isso também, a nossa forma de votação dos pontos referentes aos contratos programa hoje aqui apresentados, terá uma declaração de voto igual a esta.” -----

10 - MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – (apreciação e votação)

A Senhora **Tânia Gandaio** solicitou informação sobre os critérios para a atribuição dos valores referenciados.-----

A Senhora **Sara Loureiro Vidal** efetuou a seguinte intervenção escrita:-----

“ Contratos de transferências de competências Juntas de Freguesia -----

Relativamente a estes pontos, apenas temos que referir que, mais uma vez, vieram à deliberação da AMN antes de serem votados pelas respectivas Assembleias de Freguesia. -----

Julgamos que também aqui a Mesa da AMN deveria questionar sobre a razão de não trazerem as necessárias deliberações das respectivas Assembleias de Freguesia. -----



Vamos que alguma se lembra de votar contra, por qualquer motivo atendível, como é que ficávamos? -----

Mais uma vez, e na nossa óptica, a Mesa da AMN podia ter ajudado a melhorar os procedimentos e não o fez!"-----

*O Senhor **Presidente da Câmara** informou sobre os critérios utilizados na atribuição dos valores, tem sido feito de acordo com as prioridades e necessidades de cada freguesia.-----*

Deliberado, por maioria, aprovar com uma abstenção do Bloco de Esquerda e vinte e dois votos a favor dos restantes membros. -----

11 - MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE NAZARÉ – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar com uma abstenção do Bloco de Esquerda e vinte e dois votos a favor dos restantes membros. -----

12 - MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – (apreciação e votação)

O Senhor Pedro Marques efetuou a seguinte intervenção:-----

"Gostaria de clarificar que em Novembro de 2017 foi celebrado o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no valor de 50.000€ com 5 alíneas nas suas competências delegadas. 3 anos depois, em Novembro de 2020 foi atualizado esse mesmo contrato tendo sido reduzida a verba no valor 6.000€ por força da retirada da alínea e) "Assegurar o funcionamento e realização de pequenas intervenções de manutenção de infraestruturas e equipamentos desportivos."-----

Aquilo a que assistimos hoje neste ponto é a deliberação do aumento da delegação de competências para 60.000€ sendo que não consta a alínea e) que constava no contrato em Novembro de 2017. -----

Em suma, verificamos um aumento de 16.000€ na delegação de competências face a 2020. -----

Posto isto, questionamos o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Valado dos Frades, eleito pela CDU como pretende que se pague a delegação de competências à sua junta se vota no chumbo do orçamento desta Câmara Municipal? -----

Não podemos deixar de tornar público que votaremos favoravelmente este ponto, por considerarmos que a população da freguesia do Valado dos Frades não deve ser prejudicada pela atitude irresponsável do seu presidente." -----

A Dra. Helena Pola informou que os contratos não serão assinados se não forem aprovados pelas respetivas assembleias.-----

Colocado à votação, foi deliberado, por maioria, aprovar com uma abstenção do Bloco de Esquerda e vinte e dois votos a favor das restantes bancadas. -----

O Senhor **Samuel Azinheiro de Oliveira**, relativamente à questão colocada pela bancada do Partido Socialista, apresentou e a seguinte resposta escrita:-----

“O texto que segue abaixo visa responder exactamente ao que me foi colocado, assim: -----

Exmos. Srs. Deputados do PS na Assembleia Municipal da Nazaré -----

Como os senhores afirmaram, fui eleito pela CDU, e como sabem, a CDU sempre se mostrou, e lutou, contra as linhas estruturais do programa eleitoral do PS, bem como às prioridades trocadas do executivo camarário que se espelham no orçamento apresentado. -----

Seria irresponsável sim, se votasse a favor de um orçamento que, a meu ver, e como defendemos na CDU - não responde às necessidades concretas e urgentes do nosso concelho -, "apenas" porque a verba destinada no próximo ano às juntas de freguesia, e concretamente à Junta de Freguesia do Valado dos Frades, seria maior do que no orçamento do ano passado. -----



Não concordando na generalidade com o orçamento, não quer dizer que não concorde com várias rubricas nele apresentadas – algumas delas até resultam de propostas da CDU, aprovadas, já neste mandato, por unanimidade pelo executivo municipal. -----

Os fregueses de Valado dos Frades sabem que podem contar com a sua Junta de Freguesia e com o seu executivo para as defender, pois expressaram-se inequivocamente a favor da força política que hoje governa esta freguesia - a CDU - reforçando também, com os votos do Valado dos Frades, a sua capacidade para travar as políticas desastrosas levadas a cabo pelo PS inscritas nos anteriores e prosseguidas neste orçamento. -----

Mais informamos, que na CDU não existem posições de voto isoladas do restante grupo municipal. O vínculo e a lealdade dos eleitos perante o colectivo que os apoia, e que tudo fez para os eleger nos diversos órgãos, é de tal forma forte que nunca tomaríamos posições divergentes e isoladas porque um dos nossos “quintais” sai beneficiado com alguma rubrica de um qualquer orçamento que, na sua globalidade, é muito penalizador para os munícipes deste concelho. Nunca seriam por isso os referidos 16 mil euros a mais que nos fariam pensar diferente!-----

Na CDU não andamos a “espetar facas nas costas” dos nossos camaradas para que os nossos problemas individuais, ou da nossa freguesia, sejam resolvidos. Aqui tomamos posições colectivas sobre este e sobre todos os assuntos de teor político, colocando sempre como prioridade máxima a vida dos trabalhadores e do povo, bem como o desenvolvimento equilibrado das freguesias e do concelho. É assim agora e será assim até final do mandato. -----

O meu sentido de voto expressou só e apenas essa visão global e esse vínculo inquebrantável que me liga ao trabalho colectivo dentro da CDU. E se o arremesso dos 16 mil euros é tudo o que têm para nos atirar, então é sinal de que estamos no caminho certo.”-----

**13 - RELATÓRIO E CONTAS 1.º SEMESTRE 2021 – DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ –
(apreciação e votação)**

Este assunto número treze, bem como o ponto catorze, conforme deliberação tomada, por unanimidade, pela Assembleia foi apreciado e votado, imediatamente a seguir ao ponto número um e antes do número dois, ambos da ordem do dia, dado se encontrar na sala o representante da sociedade de revisores oficiais de contas.-----

*Na discussão deste assunto e do assunto catorze, encontrava-se presente o Senhor **Rui Venâncio**, que só posteriormente se ausentou.*-----

*O Senhor **António Absalão** solicitou o uso da palavra, iniciando a sua intervenção por lamentar as fracas condições da sala para a realização da sessão, dado faltarem mesas de apoio.*-----

Sobre estas contas, disse não ser a sua área, mas verifica ter havido um aumento da dívida e gostaria saber da disparidade de valores existentes no balanço e no relatório.-----

O auditor de contas prestou informações técnicas sobre o assunto.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e doze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

O Senhor Presidente usou o voto de qualidade.-----

*A Senhora **Sara Louraço Vidal** apresentou a declaração de voto que se transcreve:*-----

“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 13 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

A informação contida no relatório sobre a situação económica e financeira no primeiro semestre de 2021 do exercício da Câmara Municipal da Nazaré, não nos mostra que o caminho traçado pelo executivo esteja a ser o mais eficaz para resolver os problemas da autarquia e dos seus municípios.-----

Tal como o fizeram os revisores oficiais de contas, também nós examinámos as demonstrações financeiras da CMN, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2021, e a qual evidencia um total de 53.631.752,00 euros e um Património Líquido de 19.372.644,00 euros,



incluindo um resultado líquido negativo de 216.463,00 euros, e na Demonstração dos Resultados por Naturezas e os Mapas de Execução Orçamental que evidenciam um total de 8.620.936,00 euros de despesa paga e um total de 9.614.449,00 euros de receita cobrada. Chegados aqui, não precisamos de dizer muito mais. Aguardaremos o resultado final do exercício, porque deste primeiro semestre já conhecemos o rumo. -----

Pelo exposto, entendemos que será precisa muita sorte, - porque de trabalho não nos parece ser o caso -, para do exercício deste ano poder vir a resultar alguma poupança que leve a que o executivo possa apresentar para o ano reservas financeiras, para poder pagar antecipadamente parte da dívida, e assim se permitir chegar mais rapidamente ao limiar do valor de reequilíbrio financeiro que permita poder pedir então ao FAM, justificadamente, que autorize baixar os impostos directos à população. Muito desejávamos que tal acontecesse. -----

Num tempo de Natal, será este mais um conto de Natal? -----

Parece-nos que, a ser, será só mesmo para os que acreditam no Pai Natal. -----

Como já não estamos na idade de acreditar, a nossa posição de voto só pode ser contra estas contas intercalares negativas.” -----

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----*

“O Grupo do PSD vem apresentar declaração de voto contra no ponto 13 da reunião de Assembleia Municipal de 10 de Dezembro de 2021 — Relatório e Contas – 1º semestre 2021 - do Município da Nazaré, pelas seguintes razões:-----

A demonstração de resultados deste orçamento na rubrica "rendimentos e gastos" apresenta um resultado negativo de 216.463€-----

Os resultados financeiros, no final do 1º semestre 2021, são também negativos, no montante de 248.111€-----

Os gastos com pessoal continuam a aumentar substancialmente e a ser a rubrica com maior peso no total dos gastos do município.-----

O aumento das receitas é de 13,11% versus um aumento da despesa de 22%, relativamente ao exercício do ano anterior, demonstrando claramente um desequilíbrio entre os gastos e os ganhos.-----

Assim, considerando que o Município efetuou um empréstimo em Dezembro de 2018, ao FAM de 35,242 milhões de euros, a pagar em 32 anos, à data de 30 de Junho de 2021, e o total do passivo da Câmara ainda é de 34,259,107€, pelo que, entendemos que o Município já deveria estar a gerar saldos gerais positivos para reequilibrar o orçamento.-----

Por defendemos que é prioritário e urgente que o Município atinja o quanto este Equilíbrio financeiro para que se possa baixar os impostos e assim aliviar a carga fiscal que onera os munícipes do Concelho da Nazaré, o que não está reflectido neste relatório e contas do 1º semestre, votamos contra.”-----

14 - RELATÓRIO E CONTAS 1.º SEMESTRE 2021 – DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Este assunto foi apreciado e votado anteriormente à ausência do Senhor Rui Venâncio.-----

Não houve pedidos de intervenção.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e doze votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

O Senhor Presidente usou o voto de qualidade.-----

A Senhora Sara Loureiro Vidal apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 14 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----



Se o resultado dos primeiros seis meses da CMN foi negativo, nos Serviços Municipalizados da Nazaré também não foi melhor. Aliás, foi até pior, o que também não nos surpreende, de todo, dado o que tem vindo a ser apresentado a esta Assembleia ao longo dos últimos anos. -----

A Demonstração dos resultados intercalares apresenta um resultado semestral negativo de 623.201,77 euros. Já na execução do PPI contam no primeiro semestre de 2021, com um grau de execução do plano plurianual de investimentos de 1,3%. O que será que andam a fazer? 1,3%!

Desculpam-se os SMN, com certeza com razão, culpando a Pandemia de COVID19 e consequentemente o segundo confinamento obrigatório no início do ano que, segundo o relatório, impeliu as contas dos Serviços Municipalizados para uma fraca prestação no primeiro semestre de 2021. Por aqui se pode também analisar o que se poderá passar em todo o tecido económico local. O que desmente algumas afirmações do chefe do executivo. -----

Que se saiba, ao contrário do que é indicado no relatório dos serviços, neste ano não houve nenhum benefício atribuído pelos SMN à população, não havendo, por isso também, culpa de ser por terem atribuído algum benefício que as contas derraparam, como aliás ouvimos no ano passado. -----

A fraca prestação evidenciada no primeiro semestre aconteceu então porquê? Os SMN sabem a resposta, na página 8/20, assim: “As vendas e prestações de serviços relativamente ao serviço de abastecimento tiveram uma recuperação relativamente ao período homólogo de 2020 (+18,20 %), o aumento em 5% do consumo de água ajudou a este desempenho. Já o serviço de transporte, muito por força de novo confinamento e conseqüente redução dos lugares a poder utilizar quer nas urbanas quer no funicular, desceu cerca de 34% em relação ao primeiro semestre de 2020”. Até aqui percebe-se, ou tenta-se perceber o acontecido. -----

Já no que vem a seguir temos mais dificuldade. Veja-se o que referem na mesma página, assim: “Em outros rendimentos e ganhos o valor final apurado do semestre compreende a compensação

efectuada pela Câmara Municipal da Nazaré relativamente ao desconto de 25% atribuído à facturação do serviço de abastecimento, saneamento e resíduos sólidos nos meses de Março a Maio de 2021, no montante de 120.458,57 €”. -----

Ora isto não corresponde à verdade. Pura e simplesmente não existiu qualquer desconto de 25% nos meses referidos no relatório no ano de 2021.

Ao colocarem estes dados no relatório, falseiam o que deveria ser claro e inequívoco para qualquer leitor relativamente ao que querem informar. Não se compreende!

Chegados aqui, já nada mais importa referir relativamente ao relatório dos SMN ou das imensas chamadas de atenção e pedidos de alteração de comportamentos existentes no relatório dos Revisores Oficiais de Contas. -----

Não poderemos continuar a receber estes documentos, feitos não sabemos como nem com intenções, porque sabem que não existe a obrigatoria fiscalização por parte da Mesa da AMN, que deveria ter esse cuidado antes de enviar este, como outros documentos que depois tiveram que ser retirados no plenário para corrigir os erros detectados. -----

Continuamos a exigir mais trabalho à Mesa da Assembleia Municipal! -----

A CDU continua a fazer o seu trabalho de fiscalização e de exposição deste tipo de “anomalias”, que por demasiadas vezes vêm acontecendo. -----

Não só pelos resultados negativos, mas também pelo que referenciámos, a CDU vota contra estes resultados negativos dos SMN.” -----

*A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----*

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal apresentar declaração de voto contra, no ponto 14, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – Relatório e contas 1.º semestre 2021 dos Serviços Municipalizados da Nazaré e respetivos anexos, pelas seguintes razões:-----



Seria expectável que anualmente houvesse um excedente no orçamento municipal, considerando que, o Município da Nazaré está sob o Programa de Ajustamento Municipal (PAM), e que assim sendo, o que se espera deste executivo é que cumpra o que está pré-definido por este organismo.-- No entanto, o que verificamos neste orçamento é que há um aumento da dívida, um aumento da despesa e estranhamente um aumento exponencial com gastos com o pessoal, salientando-se que foi esta a rubrica que regista a maior subida, com 5,2 milhões de euros orçamentados em 2021 (mais 11,2%). Ou seja o valor previsto é superior em cerca de €1,3M face ao previsto no PAM;-- Assim sendo, e considerando que o FAM é perentório a afirmar que e cito: “ o orçamento apresentado, uma vez ajustado aos efeitos do pagamento de dívida através do FAM, não está de acordo com o objectivo defenido em Programa de Ajustamento Municipal (PAM) para o exercício de 2022...não estando garantidos excedentes primários relevantes para que a trajectória da redução de dívida seja sustentável”, consideramos que este orçamento para 2022 reflete uma continuidade do cenário de despesismo que já vai sendo habitual, atrasando o alcance do equilíbrio financeiro necessário para o abaixamento de impostos e consequentemente, contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes.”-----

15 - 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE 2021 DOIS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ - ANO DE 2021 – (apreciação e votação)

O Senhor António Absalão, dado se encontrarem na sessão os técnicos contabilistas, solicitou o uso da palavra para questionar sobre o assunto em apreciação, ao que os Senhores Drs. Cláudio Varela, dos Serviços Municipalizados e Helena Pola, da Câmara Municipal prestaram as informações contabilísticas.-----

*O Senhor **Samuel Fialho** efetuou a seguinte intervenção escrita:-----*

“ Incorporação do valor de um empréstimo de 300 mil euros no orçamento dos SMN.

Pedem que se acrescentem os 300 mil euros ao orçamento, porque já foram à banca levantar a totalidade do valor do empréstimo. -----

– No entanto, o n.º 2, da cláusula Segunda do contrato com a banca, informa que os valores a creditar poderiam ser feitos por tranches, conforme as necessidades dos SMN e as obras a que se destinasse o financiamento fossem acontecendo. -----

Sabemos agora que a execução orçamental do PPI dos SMN nos primeiros seis meses deste ano é de uns ridículos 1,3%, coisa que está em linha com as datas do pedido de empréstimo, Abril, e da sua contratação, Setembro. -----

Assim sendo, o que a Câmara pede ao órgão fiscalizador é que delibere aceitar a inclusão do valor total do empréstimo nas contas dos SMN, porque este já o utilizou pela totalidade, mesmo sem aparentemente haver justificação. -----

E isto é muito importante ser esclarecido cabalmente pelo conselho de administração dos SMN aqui, e com o envio por escrito a todos os membros deste órgão, que desde já aqui requeremos, com as justificações e os dados de suporte que entenderem lá explicitar. -----

Um empréstimo que poderia ser feito faseadamente, aliviando assim os custos com os juros, já foi feito pela totalidade, e no espaço de três dias após a contratualização do empréstimo, o que nos preocupa, dado nem sabermos para que obras na rede de distribuição de Água e Saneamento foi, ou vai ser, usado este dinheiro. Visto ter-se tratado de um empréstimo exclusivamente com esse fim, conforme lá está indicado! -----

Esperemos que o responsável do Executivo, também ele membro do conselho de administração dos SMN, nos possa esclarecer, sem demagogias: em que obras foi, ou vai ser, utilizado este dinheiro? -----

As restantes justificações aguardaremos que nos sejam enviadas dentro dos prazos legais.” -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara e simultaneamente do Conselho de Administração



dos Serviços Municipalizados, informou que esta questão já tinha sido explicada em sede de reunião de Câmara ao Vereador da CDU, mas informava que se destina a pagar dívida à Águas de Portugal, Águas Valorsul, Águas Tejo Atlântico. Sobre a questão da baixa execução apontada, solicitou que o Dr. Cláudio Varela informasse, sabendo que há muita coisa que está em execução e não está ainda concluída no PPI. -----

O Dr. Cláudio Varela informou que como consta no Relatório do 1.º Semestre, houve uma fraca execução na receita, devendo existir alguma prudência, acontecendo que a partir de agosto, já se conseguiu processar de forma diferente, contudo é necessário esta autorização para se utilizar o dinheiro e pagar a fornecedores, estando-se a pagar dívida de curto prazo e o empréstimo é de longo prazo, de cinco anos.-----

O Senhor António Absalão esdisse não compreender a explicação dada, face ao que é dito nos documentos apresentados.-----

O Senhor Presidente da Câmara e do Conselho de Administração forneceu esclarecimentos adicionais, sendo uma necessidade de tesouraria.-----

Questionada a Dra. Helena Pola, referiu que, juridicamente, não deveria ter sido este o texto usado, deveria ter algo mais e essa clarificação deveria existir, mas acredita o que interessa é que o contrato seja escrupulosamente cumprido.-----

Também o Vogal dos Serviços, Senhor Orlando Rodrigues informou que houve necessidade de acudir a outras situações, sendo uma decisão política pensada e não por erro de estratégia, existindo muito dinheiro na rua, face aos atuais constrangimentos de moratórias e sociais.-----

O Senhor António Absalão questionou se o pretendido era a construção e reparação de infraestruturas de saneamento e depois optaram não cumprir o contrato, ao que o Senhor Orlando Rodrigues informou que havia necessidade de garantir os serviços essenciais às populações.-----

O Senhor **Presidente da Câmara e do Conselho de Administração** informou que houve necessidade de se utilizar o dinheiro pra não colocar os Serviços em incumprimento e este articulado ter sido indicado pelo banco, sendo essencial que o dinheiro tenha entrado e seja pago.-----

O Senhor **Samuel Fialho** questionou se os Serviços gastaram 30 mi euros em apoios desportivos, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim, valores esses que geraram muitas receitas, que não chegaram para suportar dois anos de pandemia.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com doze votos a favor dos membros do Partido Socialista e dez votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

A Senhora **Tânia Gandaio** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal apresentar declaração vêm ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 58.º da Lei 75/2013 requerer a consignação em acta das razões justificativas do seu voto de vencido, no ponto 15, desta Assembleia de 10 de Dezembro de 2021 – 2.ª alteração modificativa ao orçamento de 2021 dos Serviços Municipalizados da Nazaré e respetivos anexos, pelas seguintes razões: -----

Considerando a informação constante no n.º 1 da Clausula 1.ª do Contrato de Empréstimo aqui analisado e debatido, o intuito do empréstimo contraído pelos serviços municipalizados destina-se para financiar o investimento na conservação e reparação de infraestruturas de abastecimento e saneamento, e não o que foi explicado pelo executivo de pagamentos a fornecedores; -----

Considerando que é urgente essa intervenção na rede, e que segundo informações do próprio executivo, para a sua real reparação está orçado em cerca de 18 milhões de euros para se considerar efetivamente reparada, e em condições plenas de funcionamento de forma a prestar um bom serviço à população sem as falhas e constantes reparações (e que nada vêm solucionar) como as que temos visto nos últimos anos. -----



• Considerando que este empréstimo irá onerar ainda mais os munícipes do concelho que já pagam a água mais cara do Distrito.-----

• Considerando que o grau de execução do PPI destes Serviços Municipalizados ser de 1,3%, demonstrando a ausência de obra. -----

Pelo exposto e uma vez que consideramos que este empréstimo em nada irá resolver um problema que se pretende que seja tratado com a seriedade e urgência que necessita, votamos contra.” ----

A Senhora **Sara Louraço Vidal** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

“ O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 15 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Ainda que aqui se peça apenas a aprovação da alteração orçamental para dar entrada ao valor pedido emprestado à banca, esta nossa posição e sentido de voto vem na sequência do nosso voto contra a contratação deste empréstimo em sede de Assembleia Municipal, no mandato passado, por termos entendido na altura, e continuarmos a entender ainda, que, tal como referimos em Abril, “o pedido deste empréstimo à banca no valor de 300.000,00 euros, agora pelos Serviços Municipalizados (SMN), com toda a honestidade, causa-nos muita estranheza e até surpresa. ----

Espanto maior, quando nos lembramos das centenas de milhares de euros que têm sido canalizados pela CMN nos últimos anos para os desportos de Verão, na praia e mar, com vários protocolos com entidades externas, onde também os SMN já foram chamados a desembolsar dezenas de milhares de euros, como parte nessas acções. Quantos quilómetros de saneamento e de renovação da rede de abastecimento de águas se fariam? Quantos mais apoios sociais e construção de habitação municipal a custos controlados seriam possíveis? Lembrar também os mais de 915 mil euros de dívidas não recebidas pela CMN por prescrição, por executivos do PSD e do PS não terem conseguido cobrá-las em tempo útil. Além de um novo valor de proveniência idêntica, actualmente já existente e de montante bastante significativo. -----

Mas importa também referir, e deixar registado, o resultado recente de mais uma má acção deste executivo camarário contra os SMN. Quando os SMN apresentaram à CMN o pedido de compensação para recebimento do valor de 270.458,57 euros relativo aos apoios na factura da água, que a CMN aprovou por 90 dias, no segundo trimestre do ano 2020, por motivo da COVID19, entendeu o executivo municipal que os SMN só deviam receber 120.458,57 euros daquela factura. Ficando assim por receber, nas contas já depauperadas dos SMN, exactamente 150 mil euros. E agora, sem qualquer tipo de pudor, pedem para aprovarmos a entrada nas contas do empréstimo de 300 mil euros. Nada melhor, para continuar a castigar ainda mais a população, já tão martirizada com impostos, taxas e tarifas, que, por este andar, os pagará pelo máximo nos próximos 30 anos. -----

Logo, nem é preciso nenhum curso de gestão ou de economia para entender como é fácil afundar empresas ou prestadores de serviços! Aliás, as recentemente conhecidas contas do exercício dos primeiros 6 meses deste ano dos SMN não enganam. Se nos disserem que isto não é má gestão dos dinheiros públicos, então nada o será. -----

Como temos dito tantas vezes, é sempre a população que paga os custos destes empréstimos que os executivos e quem os apoia estão sempre dispostos a contrair, engordando a banca, para irem salvando a sua face, dos seus políticos e das suas más políticas. -----

Para mais em ano eleitoral, quando as peças precisavam de aparecer à vista de todos como executadas, mesmo que nada esteja ainda pago. Sempre assim foi e assim continua! O pior é quando vem a hora de pagá-las! Como por exemplo em 2015, tiveram que pedir emprestados ao Estado 7,1 milhões de euros, no limite do prazo, para poderem receber o apoio europeu, caso contrário a coisa seria ainda muito pior. Mas como será no futuro, a manterem-se estas políticas, quando temos ainda durante 30 anos um empréstimo a decorrer? Haverá dinheiro disponível para pagar mais obras? A população vai aguentar os custos dos impostos? Na factura da água alguns já não aguentam! -----



Tal como temos dito, também nisto o PS e o PSD têm sido campeões na promoção de enganos à população nazarena. As visões de futuro, muito futuristas, que prometem, são tudo menos realistas! Nazaré XXI, Empreendimento em S. Gião, etc. A saga vai continuando... -----

Por tais factos, e ainda que se pudesse tentar compreender esta necessidade de reforço financeiro dos SMN, para fazer face, segundo informam, ao investimento em saneamento básico e rede de distribuição de água, que, ao que parece, só agora o executivo municipal reconhece como prioritária, a mesma cai por terra, porque depois de tantos milhões de euros gastos em acções de operações cosméticas de superfície, a maior parte das vezes apenas publicitárias ou propagandísticas, falam agora em reparar no subsolo as canalizações que deveriam ter tratado de arranjar primeiro.” Cai por terra e com estrondo, quando verificamos a execução orçamental do PPI nos primeiros seis meses de 2021, que se ficou no limiar do ZERO, com 1,3% de execução. Que investimento foi feito? -----

Dissemos ainda: Por tudo o atrás exposto, não podem esperar a nossa concordância com o vosso modelo de governação, pois ele enforma em critérios que não são benéficos para a população, que não vai suportar pagar os custos de mais um empréstimo. -----

Mantendo o que afirmámos em Abril, do mesmo modo votamos contra este procedimento que agora é dirigido à AMN pelo executivo.” -----

**16 - COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS –
(apreciação e votação)**

A Senhora Tânia Gandaio, apresentou proposta como se indica:-----

“Não nos obstamos à indicação dos 2 presidentes de junta, no entanto, propomos indicar 2 representantes das freguesias, de modo a integrar a dita lista por parte do PSD na área das florestas:-----

- Rogério Manuel Almeida Rebelo Isabel (Bombeiro há 22 anos e residente em Casais de Baixo – Famalicão) e Susana Gonçalo (Nazaré) .”-----

A Senhora **Sara Louraço Vidal** indicou os nomes dos presidentes de Junta de Valado dos Frades e Famalicão.-----

A Senhora **Carolina Pires da Silva** indicou os presidentes de junta de Famalicão e Nazaré.-----

Verificando-se as variadas propostas apresentadas, e após intervenções dos presidentes de junta de Nazaré e de Famalicão e do Vereador Orlando Rodrigues, que indicou, se tivesse que decidir como zonas prioritárias, decidiria as freguesias de Famalicão, Nazaré e por último de Calado dos Frades.-----

O Senhor **Presidente da Mesa**, face à retirada das propostas da CDU e do PSD, colocou-se à votação a proposta do PS, que colocada à votação foi deliberado, por unanimidade aprovar para integrar a Comissão Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão e Nazaré. -

17 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM VALADO DOS FRADES, PARA INSTALAÇÃO DAS OFICINAS MUNICIPAIS – (apreciação e votação)

Solicitou a palavra o Senhor **António Absalão** para questionar sobre a área e constituição do prédio nas áreas coberta e descoberta, dado não constar na planta apresentada.-----

O Senhor **Presidente da Câmara** e **Dra. Helena Pola** informaram sobre as áreas respetivas e modo como o procedimento de escritura será efetuado, sendo o valor pago ainda no corrente ano, se o ponto for aprovado, estando o processo validado pela Conservadora do Registo Predial.---

O Senhor **António Absalão** questionou ainda se o prédio dispõe de todas as características técnicas para oficina e se deixarão de ser necessários os edifícios que a Câmara tem alugados, ao que o **Presidente da Câmara** informou que é uma área ampla para oficina e uma área exterior onde se podem depositar inertes, não tendo ainda orçamentado o valor para obras que sejam necessárias para adaptação às necessidades da Câmara e Serviços Municipalizados; pretende-se deixar de pagar rendas nos edifícios ocupados pela Câmara, caso da Bonarte e da antiga Grula.-
Deliberado, por maioria, aprovar a aquisição do imóvel, com dezassete votos a favor do Partido



Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata. -----

**18 - COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONSTITUIÇÃO –
(apreciação e votação)**

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

**19 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, DE 16 DE
SETEMBRO DE 2020 A 31 DE MARÇO DE 2021 – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

**20 - RELATÓRIO DE CONTAS 1.º SEMESTRE 2021 – NAZARÉ QUALIFICA, EM
UNIPESSOAL, LDA – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

**21 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE GERÊNCIA DA NAZARÉ QUALIFICA, E.M.,
UNIPESSOAL, LDA. 2021-2024 – (conhecimento)**

Ponto retirado. -----

**22 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS – CÂMARA
MUNICIPAL DA NAZARÉ – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA
ASSIM O DETERMINAR**

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo uma hora e cinquenta minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi. -----